

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA - FACCAT**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ-RS, A PARTIR DA  
IMPLANTAÇÃO DE UMA MONTADORA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**

**DANIEL DE PAULA URBIM**

**Taquara/RS**  
**2017**

**DANIEL DE PAULA URBIM**

**CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ-RS, A PARTIR  
DA IMPLANTAÇÃO DE UMA MONTADORA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Jung

**Taquara/RS  
2017**

**DANIEL DE PAULA URBIM**

**CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ-RS, A PARTIR DA  
IMPLANTAÇÃO DE UMA MONTADORA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**

Esta dissertação apresentada para obtenção do título de  
**Mestre em Desenvolvimento Regional**  
e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

---

**Prof. Dr. Carlos Fernando Jung**

Orientador

PPGDR/FACCAT

---

**Prof. Dr. Mario Riedl**

Coordenador PPGDR/FACCAT

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dra. Maria Maira Picawy**

**Prof. Dr. Mario Riedl**

**Prof. Dr. Carlos Fernando Jung**  
(PPGDR/FACCAT)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com minha busca por conhecimento e aprimoramento profissional. Percebi que quanto mais se aprende, menos se sabe. Por isso, mais humildes e perseverantes devemos ser.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Fernando Jung, pela generosidade e incansável disponibilidade durante toda a realização deste trabalho. Pelo exemplo de dedicação à ciência e grande aprendizado proporcionado reforçando, em mim, o amor pelo conhecimento. Por disponibilizar também ferramentas que permitiram buscar mais conhecimento com autonomia, alegria e humildade.

Agradeço à Coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT, pela dedicação constante ao êxito deste Programa de Pós-Graduação, bem como à Senhora Andressa, pela disponibilidade e atenção dedicadas durante todo o curso.

Agradeço ao corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara, pela generosa contribuição com a minha formação, especialmente ao Professor Carlos Paiva, pela sensibilidade, notório saber e ajuda na escolha e definição do tema de pesquisa.

Agradeço aos colegas de mestrado pelo muito que aprendi convivendo com cada um e por terem tornado essa fase tão especial.

Agradeço aos meus colegas professores da Faculdade Cnec Gravataí pelo incentivo e ajuda incondicional na obtenção deste título, em especial a meu grande colega, Mestre em Desenvolvimento Regional, Alexandre Abicht, pela ajuda incondicional.

Agradeço à Coordenação e Direção da Faculdade Cnec Gravataí pela compreensão e apoio.

Agradeço aos funcionários das Faculdades Integradas de Taquara pela atenção dispensada.

Agradeço ao meu colega, amigo e irmão, Amauri Rodhen, pelo auxílio e compreensão em todos os momentos que vivenciamos juntos na busca pelo conhecimento e aprimoramento profissional.

Agradeço aos meus pais, Maria do Carmo de Paula Urbim e Dióscoro Ávila Urbim, *in memoriam*. Mesmo que não estejam presentes fisicamente sei que acompanham os meus passos o tempo todo. Aos meus tios, Tinto e Lana Koboldt,

que sempre tiveram orgulho de meu sucesso.

Agradeço a minha esposa, Fabiane Urbim, pela paciência, dedicação e amor. Aos meus dois filhos, Victor Kauan e Pedro Henrique, pelas pessoas especiais que são. Por fim, agradeço a minha sogra, Marcia Bernardes Dutra e meu cunhado, Fabiano Dutra, pelo carinho e reconhecimento.

## RESUMO

Esta dissertação tem a finalidade de apresentar dados e análises verificando o crescimento econômico do município de Gravataí integrante da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da implantação de uma montadora de automóveis e de toda a sua cadeia de fornecedores e sistemistas. Com base, em primeiro momento, nos resultados da pesquisa realizada a partir dos indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) no Brasil, Rio Grande do Sul e Gravataí. Em um segundo momento verificando os índices de educação, longevidade e renda, população total do município, classificações por gênero, rural e urbana, pirâmide etária da população por sexo segundo grupos de idade, índices de longevidade, mortalidade e fecundidade, indicadores de educação, renda, pobreza e desigualdade, habitação, vulnerabilidade social em relação à crianças e jovens, família, trabalho e renda e condições de moradia, análise do Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Acrescentado Bruto (VAB) Total, Agropecuário, Industrial e Serviços, Valor Adicionado Fiscal (VAF) da montadora no município e número de postos de trabalho gerados pelo complexo automotivo, analisando o crescimento econômico do município.

**Palavras-chave:** Crescimento. Indicadores. Arrecadação e postos de trabalho.

## **ABSTRACT**

This dissertation has the purpose of presenting data and analyzes verifying the economic growth of the city of Gravataí, a member of the metropolitan region of Porto Alegre (RMPA), from the establishment of an automobile assembly plant and its chain of suppliers and sistemistas. Averse Of the results of a survey of the indicators: Human Development Index (HDI) in Brazil, Brazil, Rio Grande do Sul and Gravataí, in a second moment on the indices of education, longevity and income. Total Population of the Municipality, gender, rural and urban classifications, age pyramid of the population by sex according to age groups, longevity index, mortality and fecundity, indicators of education, income, poverty and inequality, housing, social vulnerability to children (GVA) and Gross Value Added (GVA) Total, Agricultural, Industrial and Services, Value Added Fiscal (VAF) of the Carrier in the municipality and number of stations Of work generated by the automotive complex, analyzing the economic growth of the municipality.

Keywords: Growth, indicators, collection and jobs.



## LISTA DE ABREVIATURAS

APL – Arranjos Produtivos Locais  
ASPIL - Sistemas Produtivos e Inovativos Locais  
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CF – Constituição Federal do Brasil  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica  
DPET – Divisão de Promoção e Educação Tributária  
FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado  
FJP - Fundação João Pinheiro  
GM – General Motors do Brasil  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-E - Índice de Desenvolvimento Humano Educação  
IDH-L - Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDH-R - Índice de Desenvolvimento Humano Renda  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais  
RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre  
RS – Estado do Rio Grande do Sul  
SEFAZ – Secretaria Estadual da Fazenda.  
SMF/AT – Secretaria Municipal da Fazenda, Administração Tributária.  
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.  
VAB - Valor Adicionado Bruto  
VAB Agrop – Valor Acrescentado Bruto Agropecuário.  
VAF - Valor Adicionado Fiscal

VAB Ind – Valor Acrescentado Bruto Industrial.

VAB Serv – Valor Acrescentado Bruto Serviços.

UDHs – Unidades de Desenvolvimento Humano.

UF – Unidade Federativa do Brasil.

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Saldo Líquido da Criação de Empregos em Gravataí – 1999.....                   | 22 |
| Quadro 2 - Resumo dos Procedimentos Metodológicos .....                                   | 35 |
| Quadro 3 - Histórico da GM de Gravataí .....  | 36 |
| Quadro 4 – Indicadores utilizados na Pesquisa .....                                       | 37 |
| Quadro 5- PIB Município - Gravataí em relação ao Brasil e RS .....                        | 39 |
| Quadro 6 – PIB Município - Gravataí em relação ao Brasil e RS .....                       | 40 |
| Quadro 7 - Classes econômicas evolução de Gravataí .....                                  | 41 |
| Quadro 8 – Atividades econômicas e participação do emprego no município de Gravataí ..... | 42 |
| Quadro 9 - ÍDHM, Gravataí – RS .....  | 43 |
| Quadro 10 - IDHM Brasil, RS e Gravataí .....  | 44 |
| Quadro 11 - Segmentação da população do município de Gravataí, RS .....                   | 45 |
| Quadro 12 - Evolução etária do município de Gravataí, RS .....                            | 46 |
| Quadro 13 - Longevidade, mortalidade e fecundidade .....                                  | 47 |
| Quadro 14 – Educação no município de Gravataí .....                                       | 47 |
| Quadro 15 – Educação no município de Gravataí .....                                       | 48 |
| Quadro 16 – Educação no município de Gravataí: População Adulta (18 anos ou mais) .....   | 49 |
| Quadro 17 – Renda, Pobreza e Desigualdade no município de Gravataí .....                  | 50 |
| Quadro 18 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Gravataí - RS .....    | 51 |
| Quadro 19 – Indicadores de Habitação no Município de Gravataí .....                       | 52 |
| Quadro 20 – Vulnerabilidade Social - Município - Gravataí – RS .....                      | 52 |
| Quadro 21 – Resumo das análises realizadas .....  | 54 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 - PIB RS - Resultado do terceiro trimestre .....  | 30 |
| Gráfico 2 – Evolução do IDHM do município de Gravataí.....  | 44 |
| Gráfico 3 – Educação no município em relação aos censos, faixa etária e nível de escolaridade ..... | 49 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Evolução do índice de retorno de ICMS de Gravataí (IPM) .. | 31 |
| Tabela 2 - Índices de Participação Municipal (IPM), composição .....  | 31 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 15 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....  | 16 |
| 1.1.1 <i>Questão de pesquisa</i> .....   | 17 |
| 1.2 OBJETIVOS.....   | 17 |
| 1.2.1 <i>Objetivo geral</i> .....  | 17 |
| 1.2.2 <i>Objetivos específicos</i> .....   | 17 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA.....   | 17 |
| 1.4 DELIMITAÇÕES DO TRABALHO.....  | 21 |
| 1.4.1 <i>Cenário</i> .....   | 21 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO .....  | 23 |
| 2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO.....   | 23 |
| 2.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: EMPREGO E RENDA .....   | 24 |
| 2.2.1 <i>Aglomerações produtivas, Distritos Industriais e Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL)</i> .....   | 25 |
| 2.2.2 <i>Desenvolvimento dos municípios</i> .....  | 27 |
| 2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), (IDH-M) E VALOR ADICIONADO BRUTO VAB/VAB AGROP/VAB IND E VAB SERV ..... | 28 |
| 2.4 VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) .....  | 30 |
| 2.5 CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED), RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) E CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE) .....          | 32 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....  | 33 |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA .....  | 33 |
| 3.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS .....   | 33 |
| 3.3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS .....  | 34 |
| 3.4 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA .....  | 34 |
| 3.5 COLETA DE DADOS .....  | 35 |
| 3.5.1 <i>Método de Coleta de Dados</i> .....   | 35 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....   | 39 |

|   |    |
|---|----|
| 4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO - GRAVATAÍ, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO BRASIL E RS .....                               | 39 |
| 4.2 VALOR ADICIONADO FISCAL – RS, GRAVATAÍ E O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA MONTADORA DE AUTOMÓVEIS .....                  | 40 |
| 4.3 CNAE E RAIS - ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ (RS) E DO BRASIL .....   | 41 |
| 4.4 IDHM – EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA - BRASIL, RS E GRAVATAÍ .....  | 43 |
| 4.5 POPULAÇÃO GRAVATAÍ – GÊNERO, DIVISÃO RURAL E URBANA; LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE, CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA ..... | 45 |
| 4.6 EDUCAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS E NÍVEIS ESCOLARES .....  | 47 |
| 4.7 RENDA, POBREZA, DESIGUALDADE, OCUPAÇÃO EM RELAÇÃO AO NÍVEL EDUCACIONAL E RENDA .....                                    | 50 |
| 4.8 INDICADORES DE HABITAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL .....   | 52 |
| 4.9 SÍNTESE DOS RESULTADOS .....  | 54 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....  | 63 |

## 1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa de campo pode contribuir com dados e informações acerca da realidade que está sendo estudada, assim como definir métodos adequados para a investigação desta realidade, bem como a caracterização dos critérios que determinaram as evidências produzidas por tais métodos, modelos básicos que, por fim, servirão para reunir e concluir a partir dos dados analisados (RIEDL, 2012).

Para eliminar a pobreza no mundo é preciso obter medidas mais globais e profundas do que simplesmente a criação de empregos. Não é só a criação de postos de trabalho que salva os pobres, mas todo capital ligado ao trabalho (YUNUS, 2000). O crescimento econômico visorjado na investigação proposta não deve ser considerado uma solução, mas sim um dos principais elementos enfatizados pelos países, estados e municípios, justificado pelo fato de ser considerado um dos indicadores mais importantes ao se analisar o desempenho econômico de um país, estado ou município ainda que este, em termos macroeconômicos, dependa de vários elementos, como a taxa de inflação e o ajuste das contas externas, entre outros.

Por meio deste estudo buscou-se, no primeiro momento, verificar o crescimento econômico do município de Gravataí a partir dos indicadores de processo e ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. Nesse sentido, o processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada indivíduo possa exercer seu potencial. Assim, o desenvolvimento humano deve ser concentrado nas pessoas e na ampliação da educação, renda e qualidade de vida, entendido não como o acúmulo de riqueza e só o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas, da capacidade e da liberdade de escolher. Com isso, a renda e a riqueza não funcionam apenas como fatos isolados para que as pessoas possam viver como desejam. O crescimento econômico de uma sociedade não deve traduzir automaticamente a qualidade de vida, pois, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que tal crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos,



equilíbrio da renda e das oportunidades entre toda a população, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem de desenvolvimento humano redefine a maneira com que pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento nacional e local.

Para além desta introdução e da conclusão, o trabalho em voga conta com mais quatro capítulos. O primeiro trata da fundamentação teórica; no segundo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa; o terceiro discorre sobre a formação e desenvolvimento da economia do município de Gravataí, bem como do panorama e situação atual da estrutura econômica e evolução do município a partir dos seguintes qualificadores: Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) no Brasil, no Rio Grande do Sul e Gravataí, índices de educação, longevidade e renda, população total do município, classificação por gênero, rural e urbana, pirâmide etária da população por sexo segundo grupos de idade, índices de longevidade, mortalidade e fecundidade, indicadores de educação, renda, pobreza e desigualdade, habitação, vulnerabilidade social em relação às crianças e jovens, família, trabalho e renda e condições de moradia, análise do Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Acrescentado Bruto (VAB) total, agropecuário, industrial e serviços, trabalho por classe da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 95) e, no último momento, informações em relação ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) da montadora de automóveis instalada no município, avaliando o impacto na arrecadação do município, conforme será evidenciado no quarto capítulo. Por fim, tem-se o capítulo de considerações finais que apresenta a avaliação geral da pesquisa e sugestões.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com a instalação de uma montadora de automóveis no município de Gravataí verificou-se o crescimento econômico ocorrido a partir de indicadores (IDH-Educação\_IDH-E), direito a uma vida longa e saudável (IDH-Longevidade\_IDH-L) e a um padrão de vida digno (IDH-Renda\_IDH-R). Os indicadores foram analisados a partir dos níveis definidos que variam de 0 a 1, podendo ser: muito baixo (0 a 0,499); baixo (0,5 a 0,599), médio (0,6 a 0,699), alto (0,7 a 0,799) e muito alto (0,8 a 1), a arrecadação a partir do VAF, níveis de emprego pelo CAGED e percentuais de participação no VAF's, Agropecuário, Serviços e Industrial, onde buscou-se

responder a questão seguinte: a partir da implantação de uma montadora de automóveis no município de Gravataí ocorreu crescimento econômico?

### **1.1.1 Questão de Pesquisa**

A partir do aporte de um grande investimento industrial em um município da RMPA ocorreu um crescimento econômico gerado a partir de sua instalação?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar o crescimento da arrecadação, percentual de participação e evolução de indicadores de crescimento econômico do município de Gravataí/RS a partir da instalação de uma montadora de automóveis.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- 1) Analisar a estrutura socioeconômica e a evolução do município de Gravataí;
- 2) Investigar o crescimento econômico do município de Gravataí nos últimos quinze anos após a instalação de uma montadora de automóveis.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

A instalação de uma montadora de automóveis no município interfere em seu crescimento econômico, transformando-se em conquistas concretas para as pessoas como o aumento da renda, níveis de educação, moradia, expectativa de vida, postos de trabalho e aumento da arrecadação.

A busca por investimento em capital fixo privado representa um dos principais fatores determinantes do produto, emprego e renda na economia de um país, pois promove o aumento da capacidade produtiva e a expansão do nível de atividade. No Brasil, uma média de 89% da formação bruta de capital fixo nos últimos dez anos foi realizada pelo setor privado, o que corresponde a aproximadamente 15% do Produto

Interno Bruto (PIB) brasileiro nesse período. De acordo com Chirinko (1993), o nível e o tipo dos investimentos em capital fixo são fundamentais para o entendimento da atividade econômica, já a falta de certeza destes indica o início de variações consequentes na sua não realização. A partir desta perspectiva, modelos teóricos e resultados empíricos relacionados ao investimento estimulam e fornecem informação para discussões de política econômica. A compreensão dos mecanismos que guiam as decisões de investimento e o seu entendimento é de suma importância para que a prescrição de políticas econômicas possa ser feita considerando o impacto direto sobre o crescimento econômico e o nível de bem-estar social (PEREIRA, 2001).

Bresser (2006) descreve que, no Brasil, existem duas correntes para o crescimento econômico. Em um primeiro momento, defende-se a acumulação de capital e em segundo momento a ênfase na formação do capital humano, na acumulação de conhecimento e geração de novas tecnologias.

A questão da organização produtiva, por intermédio de sistemas e arranjos que favoreçam o desenvolvimento regional e das empresas envolvidas, vem sendo estudada por diversos autores, recebendo contribuições importantes e evoluindo em sua natureza de estudo e de prática (VILPOUX, OLIVEIRA, 2010).

A busca por respostas locais capazes de enfrentar os desafios da globalização tem aumentado, com rapidez, o interesse despertado nos últimos anos por alguns territórios, onde a presença de redes empresariais, acordos de cooperação e instituições encarregadas de gerir essas relações superam a questão econômica para incorporar o entorno social (LÓPEZ e DEL VALLE, 2002, p.5).

Os Sistemas Produtivos Locais tomam força no pós-fordismo e são tidos como interessante ferramenta para o desenvolvimento, tanto das empresas quanto das regiões onde estes sistemas se instalam e produzem, pois com o esgotamento dos padrões fordistas de produção e relação de mercado, se fez necessária uma recomposição de salários, espaços e produção (REIS, 1988; CAMPOS, CALLEFI, SOUZA, 2005), fazendo surgir um novo período, chamado de “neo-fordismo” (MORAES, SCHNEIDER, 2010).

Segundo North (1955) e Schultz (1953), uma das hipóteses que servem como mola mestra para o crescimento econômico através do desenvolvimento industrial no crescimento urbano regional ocorre quando uma organização econômica situa-se próximo ou em uma matriz de desenvolvimento econômica já existente.

As aglomerações produtivas vêm recebendo atenção de diversos estudos em

todo o mundo nos últimos anos, passando a integrar a pauta de várias associações, governos e sociedade, porém quando se fala de aglomeração produtiva, é preciso entender que há dois tipos de aglomerações, sendo um deles, dos que se dão através da concentração de capital e de riqueza, onde se observam agrupamentos de forma horizontal ou vertical ou em ambos os sentidos, sob a tutela de uma grande empresa que lidera as demais e que geralmente são multinacionais ou transnacionais e o outro é fundamentado especialmente da descentralização territorial e desconcentração do capital e da renda. Neste viés é que se incluem os distritos industriais, *clusters*, redes empresariais, cadeias produtivas, com independência de firma (IPIRANGA, AMORIM e FARIA, 2007; RODRÍGUEZ, VALENCIA, 2008).

Ao proporcionar integração entre territórios e intraterritórios surgem os novos modelos de organização espacial, social e econômica. Com isso, prevalece a proximidade de empresas em uma mesma região ou em regiões próximas, com atividades afins, promove desenvolvimento, especialmente para aumento dos processos de criatividade, gerando mais competitividade e proporcionando dinamismo entre as partes, envolvendo neste processo todos os atores presentes no meio, como as empresas e todo o sistema produtivo (RODRÍGUEZ, VALENCIA, 2008).

Esta visão de aproximação de empresas, especialmente pequenas e médias, num processo de aglomeração gera o que conhecemos por Sistema Produtivo Local, pois um grupo de empresas e atividades se concentra em uma região, sofrendo influências do ambiente externo, pelo processo da informação globalizada, mas gerando um envolvimento com o local. Para Ipiranga, Amorim e Faria (2007, p.2) “diversas vertentes teóricas têm surgido acerca dos modelos de desenvolvimento econômico e social que têm sido praticados em várias regiões do mundo. Dentre elas, encontram-se análises relativas aos distritos industriais, entorno inovador, clusters e arranjos e sistemas produtivos e locais”.

Em tais aglomerações produtivas “geralmente associadas ao trajetos históricos de construção de identidade e formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” (CAMPOS, CALLEFI e SOUZA, 2005, p. 166), estão as diferentes formatações que os sistemas desenvolvem. Surge o conceito geral dos *clusters* trazido por Campos, Callefi e Souza (2005), citando Suzigan:

Clusters são aglomerações geográficas e setoriais de produtores de bens ou serviços diferenciados, cooperando entre si e com outros agentes também especializados (fornecedor, agentes comerciais, agentes transportadores, centros de P e D e outros). Em conjunto, beneficia-se de economias externas, peculiares ou tecnológicas, derivadas não só da produção (economias externas puras, ou relacionadas a tamanho de mercado, ou à existência de mercados locais de trabalho especializado), mas também de atividades de distribuição, marketing, compras, serviços de manutenção e outros serviços especializados. Estas atividades são, em alguns casos, resultado de ações conjuntas deliberadas de produtores, fornecedores e outros agentes especializados, e levam a eficiência coletiva (2001, p. 7).

Ainda sobre o conceito de clusters temos o ponto de vista de Porter, citado por Ribas (2010, p. 28):

[...] um cluster é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. Um cluster pode conter vários consórcios ou corresponder a um único grande consórcio regional. Por outro lado, um grande consórcio de marca regional pode ser confundido com o próprio cluster abrangendo, fabricantes, fornecedores, fabricantes de equipamentos, instituições de suporte, etc. Pode um cluster ainda não conter nenhum consórcio, ou seja, as relações de parceria são todas informais, apenas comerciais, ou negociais (PORTER, 1999, apud RIBAS, 2010. p 28)

Estes conceitos sobre os *clusters* podem ser considerados sinônimos dos Sistemas Produtivos Locais. Afinal, apresentam as características básicas de um agrupamento produtivo, porém se deve confundir *cluster* com *milieu innovateur* ou APL e SPIL, como se vê nas definições apresentadas por Campos, Callefi e Souza (2005), pois mesmo que todos tenham características comuns à aglomeração produtiva, são formas distintas de funcionamento do sistema (RIBAS, 2010).

Os formatos locais de organização da produção conseguem oferecer vantagens competitivas para as empresas, uma vez que proporcionam a redução de custos de transporte, mão de obra mais especializada no ramo de atividade, especialmente em aglomerações com produtos afins, desenvolvimento de uma cultura local que privilegia a inovação, oferecendo ao sistema todo um fluxo grande de informações, trocas de benefícios, sendo uma maneira saudável de movimentar as pequenas e médias empresas, atuando em conjunto, visando o seu desenvolvimento (VILPOUX e OLIVEIRA, 2010; SOUZA e ARICA, 2006).

## 1.4 DELIMITAÇÕES DO TRABALHO

### 1.4.1 Cenário

**Figura 1 - Mapa da Localização do Município de Gravataí**



Fonte: Google (2016)

Analisando a variação do Produto Interno Bruto de Gravataí nos dois anos iniciais de funcionamento da montadora, quanto ao impacto da sua instalação foi mais acentuado sobre o PIB do município, pode-se verificar que este cresceu, em termos nominais, bem acima da média do RS: 22,5% em 2000 e 40,7% em 2001 contra 12,8% e 10,5% para o RS nos mesmos anos, respectivamente. Entre 1999 e 2005, último ano para o qual se dispõe de dados para a série, o PIB de Gravataí cresceu, em termos nominais, 148,1%. No mesmo período, o crescimento nominal desse agregado econômico foi de 91,3% no Estado (FEE, 2008).

O PIB per capita de Gravataí aumentou, nominalmente, nos anos de 2000 e 2001, período imediatamente subsequente a implantação da GM, bem mais do que o indicador estadual: 17,7% e 37,4% contra 11,6% e 9,3% respectivamente. Entre 1999 e 2005, o acréscimo nominal do indicador para o município foi de 112,4%, e o do Rio Grande do Sul foi de 78,9% (FEE, 2008). Outro dado significativo que mostra o impacto da GM em Gravataí é a comparação do crescimento do Valor Adicionado Bruto (VAB) do seu setor industrial com o do mesmo setor do RS no período 1999-05: 137,1% contra 40,1% respectivamente. Já o desempenho do setor serviços, no mesmo período, para Gravataí e para o Estado foram similares: 131,4% e 121,1% respectivamente (FEE, 2008).

**Quadro 1 - Saldo Líquido da Criação de Empregos em Gravataí – 1999-06**

| ATIVIDADES ECONÔMICAS                           | 1999        | 2000         | 2001         | 2002       | 2003       | 2004         | 2005         | 2006         | SALDO TOTAL DE EMPREGOS NO PERÍODO |
|---|-------------|--------------|--------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|------------------------------------|
| Extrativa mineral .....                         | 8           | 8            | -2           | 1          | 5          | -4           | 14           | -6           | 24                                 |
| Indústria de transformação ....                 | 8           | 1 190        | 750          | 408        | 438        | 1 647        | 306          | 1 021        | 5 768                              |
| Serviços industriais de utilidade pública ..... | -3          | 32           | -5           | 54         | 19         | 45           | 39           | 91           | 272                                |
| Construção civil .....                          | -317        | -36          | -3           | 64         | 303        | -63          | 98           | 36           | 82                                 |
| Comércio .....                                  | -100        | 345          | 318          | 321        | 238        | 534          | 275          | 466          | 2 397                              |
| Serviços .....                                  | -15         | 318          | 400          | 30         | -2         | 704          | 630          | 821          | 2 886                              |
| Administração pública .....                     | -27         | -4           | -83          | -103       | -25        | -53          | -8           | -8           | -311                               |
| Agropecuária .....                              | -18         | -10          | 32           | -63        | -21        | -7           | 4            | -1           | -84                                |
| Outros .....                                    | 3           | 1            | -2           | 0          | 0          | 0            | 0            | 0            | 2                                  |
| <b>TOTAL .....</b>                              | <b>-461</b> | <b>1 844</b> | <b>1 405</b> | <b>712</b> | <b>955</b> | <b>2 803</b> | <b>1 358</b> | <b>2 420</b> | <b>11 036</b>                      |

Fonte: IBGE (2016)

A partir da instalação do Complexo Industrial Automotivo da General Motors, em julho de 2000, o município de Gravataí foi beneficiado em diversas áreas. Além dos empregos diretos gerados pela montadora, houve a criação de outros milhares de empregos indiretos criados pelos sistemas instalados dentro do complexo industrial e demais segmentos da economia de Gravataí (IBGE,2016).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico está relacionado à formação da riqueza de uma nação, a partir do funcionamento dos mercados e sua relação de expansão com ganhos de escala de produção, onde os custos médios são reduzidos e permitem gerar lucros. Na escola clássica da economia, estes lucros ampliam as possibilidades de emprego da mão de obra economicamente ativa, o que incrementa a renda da população e, a longo prazo, leva a uma redistribuição de renda entre o capital e o trabalho (SMITH, 1996).

Ao falar em crescimento econômico, deve-se lembrar que o ocorrido no município de Gravataí estava seguindo o que fora previsto pela Teoria da Localização e a Teoria do Crescimento Regional, isto é, foram seguidas sequências típicas dos estágios a serem percorridos (NORTH, 1955). North (1959) define outro ponto importante para o desenvolvimento econômico desencadeado no município de Gravataí está no fato de que sua matriz de localização específica seja de composição urbana e industrial, funcionando como mola mestra para o crescimento econômico e desenvolvimento industrial.

O Brasil viveu nos últimos anos um ciclo de crescimento econômico sólido. No período entre 1999 e 2009, o PIB cresceu a uma taxa anual de 3,27%, enquanto a população ocupada aumentou a uma taxa anual de 2,29%. Além de significativo, o período foi marcado por uma mudança na condução da política econômica, que teve como uma das estratégias a expansão do mercado interno, incorporando parcelas maiores da população brasileira ao mercado, o que significou, particularmente a partir de 2005, que as variáveis mais relevantes para o crescimento passaram a ser o consumo interno e a formação bruta de capital fixo (SIQUEIRA, 2009).

Uma análise acerca do crescimento econômico do município de Gravataí evidenciou a arrecadação dos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação (ICMS). Com isso, constatou-se um crescimento de arrecadação no valor de 12,6%, em 2016. Conforme a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), as



maiores cidades em retorno de ICMS, em 2016, foram Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí e Rio Grande.

## 2.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS - EMPREGO E RENDA

Conforme Pereira (2001), o Estado é uma parte da sociedade, representado por uma estrutura política e organizacional que sobrepõe a própria sociedade fazendo parte dela. A partir do momento em que um sistema social começa a produzir um excedente, a sociedade divide-se em classes, sendo que a dominante necessita apropriar-se do que excede economicamente. Dessa forma, caracteriza-se um estado soberano, que assume o caráter de país constituído por uma sociedade civil e pelo Estado.

Nos últimos anos, no Brasil, existe a ideia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem a participação mais direta da comunidade na formulação, detalhamento e implementação das políticas públicas. Ocorre a crescente inclusão deste enfoque em virtude do avanço da democratização do país e de uma nova abordagem que enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Discorrer acerca do Estado e das políticas públicas significa verificar o aumento da participação da sociedade civil, com o aumento no grau de participação das comunidades, dos vários grupos sociais, dos diferentes níveis de governo, buscando uma maior mobilização dos recursos para as soluções alternativas que são melhores conhecidas, em geral, pela própria comunidade local (HADDAD, 1980).

A sociedade é constituída de forma heterogênea, com atores diversos, com interação entre as partes e com a finalidade de satisfazerem aos seus interesses e necessidades individuais, de ordem material ou ideal, e que caracterizam-se por demandas por moradia, alimentação, entre outras, ou ainda atividades que ofereçam desenvolvimento social, educacional, cultural, religioso, enquanto os interesses podem ser de ordem objetiva ou subjetiva (DUARTE, 2016).

Segundo Paiva (2004 e 2013), um dos grandes desafios para a construção de políticas de desenvolvimento regional sustentável encontra-se na identificação do potencial de uma região e, posteriormente, é necessário que haja uma consciência

de interesses comuns ocorrendo um elo das cadeias, que só ficará evidenciado ao serem diagnosticados o(s) ponto(s) comuns entre eles.

As cadeias que mais movimentam a economia de um determinado território, as catalizadoras das funções econômicas, são as que o território tem maior especialização e as que o território apresenta maior dependência para seu desenvolvimento. Desta forma, merecem maior amparo de políticas públicas de desenvolvimento, por serem multiplicadoras, especialmente nas atividades que compõem (DUARTE, 2016).

### **2.2.1 Aglomerações Produtivas, Distritos Industriais, Arranjos, Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL)**

A aglomeração produtiva se apresenta de duas formas: sintética ou orgânica, de forma que a primeira surge a partir da concentração de capital e de riqueza, sob a tutela de uma grande empresa, geralmente multinacional ou transnacional, que lidera as demais, enquanto a outra é fundamentada especialmente pela descentralização e desconcentração do capital e da renda (IPIRANGA, AMORIM e FARIA, 2007; RODRÍGUEZ, VALENCIA, 2008). A forma sintética ocorre quando, por força de decisão política, o território é afetado pela inserção de uma (ou mais) empresa (s) catalisadora (s) da atividade econômica no local, como, por exemplo, o caso da montadora de automóveis no município de Gravataí (DUARTE, 2016).

Por intermédio da forma sucinta ocorre a composição de um arranjo de atividades voltadas para um produto (ou gama de) central e as demandas geradas por ele. A questão de estudo deste trabalho mostra, a partir da instalação da montadora de automóveis, a sua necessidade de ter próxima a si os seus principais fornecedores de peças, acessórios e componentes, e também acaba por criar uma demanda indireta que é a alimentação dos funcionários, transporte e outros serviços de atendimento deles.

Os distritos industriais possuem como características um grande número de firmas envolvidas em vários estágios e em várias vias de produção de um bem homogêneo, aproximando-se, assim, do conceito que ficou conhecido como distrito marshalliano. Mas, com outra concepção, diferente das tradicionais, essas novas concepções apresentam as vantagens de incorporar, em suas análises, o conceito de produção flexível, além de uma avaliação das sinergias aí geradas como resultantes não apenas de relações mercantis como também de aspectos culturais,

sociais e históricos comuns, presentes naquele território (PYKE, BECATTINI e SENGENBERGER, 1990).

A noção de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL) é a de oportunizar a possibilidade de visualizar a existência e reprodução social nas relações que integram a sua esfera “propriamente” econômica com as esferas social e política (capital humano: nível de cultura e de habilidade dos cidadãos; capital social: nível das organizações da sociedade civil e sua capacidade de gerar e aplicar novos conhecimentos), expressas em totalidades referidas necessariamente às localidades concretas (COSTA, 2005).

Arranjo ou Sistema Produtivo e Inovativo Local são definidos por Lastres e Cassiolato (2005) como sendo um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Mytelka e Farinelli (2000) entendem APLs como a concentração e interação de empresas de um setor ou cadeia produtiva, num determinado espaço geográfico, que buscam criar um ambiente favorável ao processo de inovação e geração de externalidades produtivas e tecnológicas e ao desenvolvimento da competitividade das firmas, em conjunto com as demais instituições de coordenação e suporte, como sindicatos e associações empresariais, órgãos governamentais, instituições de ensino e de pesquisa.

A diferença em relação aos APLs dos Sistemas Produtivos Locais é o grau de interação e cooperação entre esses agentes e a criação de capacidades inovativas locais (LASTRES e CASSIOLATO, 2005), uma vez que os APLs são aglomerados menos consistentes, fragmentados que não apresentam significativa articulação entre os agentes.

Paiva (2013) ainda cita que a especialização de uma região em um determinado produto é considerada como forte indício do potencial da região para o seu desenvolvimento, visto que:

[...] se supomos que os agentes econômicos são racionais — independentemente de essa racionalidade ser circunscrita ou substantiva — , a alocação social e economicamente consolidada de recursos não pode ser tomada como gratuita, mas, isto sim, como fruto da identificação, por parte dos agentes econômicos regionais, de nichos economicamente competitivos. Nichos que, ao se tornarem objeto de mobilização de um grande número de produtores, acabam por atrair fornecedores e clientes, a montante e a jusante, deprimindo os custos de transporte dos insumos da

cadeia produtiva principal, ampliando a escala social de produção e a divisão interna do trabalho e, por consequência, ampliando a competitividade (leia-se a vantagem absoluta) da produção setorial (PAIVA, 2004, p.18).

Ao identificar-se a atividade ou grupo de atividades, que sejam a especialização do território, considerando questões como capacidade de expansão da produção (mercado), empregabilidade, relação com demais atividades ou cadeias, entre outros fatores, encontra-se também o foco do fomento, com finalidade de multiplicadora e mobilizar uma parcela expressiva dos agentes econômicos locais (PAIVA, 2004).

### **2.2.2 Desenvolvimento dos municípios**

O processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países, regiões e cidades. Dado que as empresas não competem de forma isolada, pois integram o entorno produtivo institucional do qual fazem parte, esse processo estimula a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho (BARQUERO, 2001).

De acordo com Friedmann (1960), o desenvolvimento/crescimento dos municípios está diretamente relacionado ao seu desenvolvimento econômico que resultará no aumento da população, através de milhares de trabalhadores que virão à procura de novas oportunidades em uma economia urbana em expansão. O investimento de capitais estrangeiros gerando novos postos de trabalho resultará em um planejamento regular das atividades, de acordo com essas transformações iminentes, sendo necessário providenciar novas moradias, serviços públicos adequados (água, energia elétrica, esgotos), serviços sociais básicos (saúde, educação, recreação), bem como bons transportes internos.

Outro ponto importante é o fato de que a economia total do país é composta de muitas economias regionais distintas, representadas por seus municípios onde cada um desses apresenta características peculiares, seu próprio ritmo de vida, seus altos e baixos de desenvolvimento (FRIEDMANN, 1960).

Por isto, quando falamos em desenvolvimento dos municípios, estamos citando as economias regionais, e suas características, as migrações de uma região

para outra; o capital (dinheiro para investimentos) fluindo de um lugar para outro, produtos alimentícios cultivados em uma região e consumidos em outra, comércio entre municípios gerando uma economia nacional contituída (FRIEDMANN, 1960).

### 2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), (IDH-M) E VALOR ADICIONADO BRUTO VAB/VAB AGROP/VAB IND E VAB SERV

No início da década de 1990, foi lançado pela ONU o índice de desenvolvimento humano (IDH), que se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país utilizando alguns indicadores de desempenho. O IDH logo passou a ser a mais conhecida medida de desenvolvimento humano (TORRES, FERREIRA e DINI, 2003).

O IDHM é um índice que permite conhecer a realidade do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. O índice não abrange todos os aspectos de desenvolvimento humano e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”, mas sintetiza três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a longevidade, educação e renda. O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise. Os indicadores do IDHM são obtidos pelos dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. As cidades são divididas em faixas de desenvolvimento humano. Entre zero e 0,499 o IDHM é muito baixo; entre 0,500 e 0,599 a cidade se classifica em baixa; na classificação de 0,600 até 0,699 o desenvolvimento é médio; de 0,700 a 0,799 o IDHM é considerado alto e, por fim, de 0,800 até 1 a cidade é classificada de muito alto desenvolvimento humano.

O Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, elaborado, em 2014, pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas, pela Fundação João Pinheiro e pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, permite uma análise da realidade social, econômica e intrametropolitana não perceptível nos indicadores apoiados em outros níveis geográficos. A RMPA foi dividida, em 2010, em 722 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), formadas pela agregação de setores censitários, com características socioeconômicas homogêneas. Por meio das UDHs, foram identificadas as disparidades entre as áreas metropolitanas, nas dimensões conhecimento (IDH-Educação(IDH-E)), direito a uma vida longa e

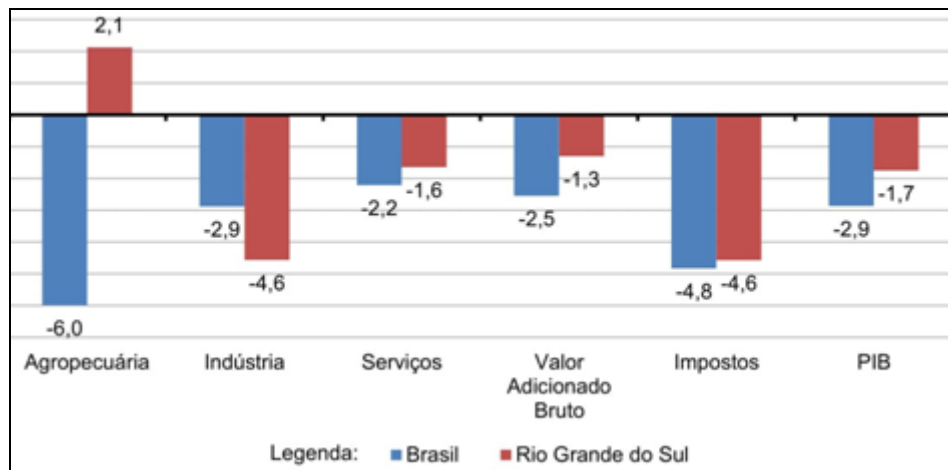
saudável (IDH-Longevidade (IDH-L)) e a um padrão de vida digno (IDH--Renda (IDH-R), (FEE, 2016).

Já o PIB corresponde ao valor de mercado do fluxo de bens e serviços finais disponibilizados por uma economia em um determinado período de tempo (normalmente um ano), propiciando o acompanhamento de suas modificações estruturais e de seu curso conjuntural, o calculo é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na metodologia recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de minucioso levantamento e sistematização de informações primárias e secundárias apuradas ou apropriadas por aquela instituição (LOURENÇO, 2002).

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, dentro dos limites territoriais de um país. O PIB pode ser calculado sob diversas óticas, considerando-se o valor adicionado por setores de atividade econômica, que deve ser igual a renda gerada, bem como pode ser obtido pelo dispêndio da sociedade o foco de deste trabalho é na renda gerada (TREMEEA, 2011).

Quanto à análise da renda, o critério utilizado para o cálculo é o da renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Valor encontrado através da soma da renda de todos os residentes, dividido pelo número de pessoas que moram no município, inclusive crianças e pessoas com renda igual a zero. No Brasil, essa renda é calculada a partir das respostas ao questionário expandido do Censo do IBGE. De posse desses dados, são somadas todas as rendas obtidas pelos moradores do município, incluindo salários, pensões, aposentadorias, transferências governamentais, entre outros, e dividido pelo número de habitantes. Como resultado, tem-se a renda municipal per capita (DUARTE, 2016).

Gráfico 1 - PIB RS - Resultado do terceiro trimestre



Fonte: FEE (2016)

O gráfico 1 mostra o resultado do Rio Grande do Sul no terceiro trimestre de 2016, quando verificou-se uma queda no indicador. O objetivo deste estudo foi verificar as causas e possíveis efeitos destas variações em tal indicador no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico no município em questão.

O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) pelas diversas atividades econômicas obtidas a partir da diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (FEE, 2016). A utilização do VAB se dá pela disponibilidade dos dados e pela especificidade de seu conceito, qual seja, é o PIB sem tributos embutidos. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do Valor Agregado Bruto (VAB) total e dos impostos. O VAB total é a soma do Valor Agregado Bruto da agropecuária, da indústria e dos serviços, sendo o VAB da administração pública incluído no VAB dos serviços (FEE, 2016).

#### 2.4 VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF)

O rateio na arrecadação do ICMS (Imposto sobre mercadorias e serviços) é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei, formando o índice final. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal – VAF, que corresponde por 75% da composição do índice (SMF/AT, 2017).

O Valor Adicionado Fiscal – VAF é calculado pela diferença entre saídas

(vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços sujeitos ao ICMS. Outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população (7%), número de propriedades rurais (5%), produtividade primária (3,5%), inverso do valor adicionado per capita (2%) e pontuação de integração Tributária Estado Município (5%) (SMF, 2017).

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 158, inciso IV, que 25% do total da receita auferida com ICMS arrecadada pelos Estados retorne aos municípios por intermédio de um percentual na receita total. No estado do Rio Grande do Sul, temos 497 municípios (SMF/AT, 2017).

**Tabela 1 - Evolução do índice de retorno de ICMS de Gravataí (IPM)**

| <b>Exercício</b> | <b>Índice</b> |
|------------------|---------------|
| 2008             | 2,603617      |
| 2009             | 2,904023      |
| 2010             | 3,009385      |
| 2011             | 2,991988      |
| 2012             | 3,103250      |
| 2013             | 2,974460      |
| 2014             | 2,536750      |
| 2015             | 2,454024      |
| 2016             | 2,753579      |
| 2017             | 2,620375      |

Fonte: SMF/AT (2017)

Na tabela acima, verificamos a evolução do Índice de Retorno de ICMS de Gravataí que é utilizado no cálculo do Valor Adicionado Fiscal, representando 75% do cálculo no valor de repasse do ICMS.

**Tabela 2 - Índices de Participação Municipal (IPM), composição•**

|   |
|---|
| 75% VA –Constituição Federal;                           |
| 7% Área –Lei Estadual 11.038/97;                        |
| 7% População –Lei Estadual 11.038/97;                   |
| 5% Número propriedades rurais -Lei 11.038/97;           |
| 3,5% Produtividade Primária –Lei 11.038/97;             |
| 2% Inverso VAF per capita –Lei 11.038/97;               |
| 0,5% PIT –Lei Estadual 11.038/97 e Decreto 45.659/2008. |

Fonte: SMF/AT (2017)

A distribuição percentual acima mostra a composição do repasse do ICMS para os municípios do RS pelo Governo Estadual, todos os anos, após o cálculo do



IPM.

A Constituição Federal (CF) determina que os Estados repassem aos municípios 25% do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) arrecadado. Compete à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul apurar o índice de participação de cada município (SEFAZ, 2017).

A Lei Federal nº 63, de 11/01/1990, conceitua o valor adicionado (VA) e dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas e a Lei Estadual nº 11.038, de 14/11/1997, dispõe sobre os parâmetros que a Constituição Federal (CF) incumbe aos Estados e ao Distrito Federal (SEFAZ, 2017).

## 2.5 CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED), RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) E CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE)

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) possui o intuito de ser um registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Serve como base para a elaboração de estudos e pesquisas. Já a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, possui o objetivo de suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, prover dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Por fim, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) foi criada com o intuito de classificar, conforme as classes econômicas, as atividades desenvolvidas no país, sendo a sua implementação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), separando em macros setores, obtendo-se, assim, a quantidade de trabalhadores empregados em cada setor - para atividades urbanas, excluindo-se as atividades rurais que devem ser analisadas com metodologia similar, mas com fonte de dados diferente, dada a particular informalidade do setor e a difícil mensuração de empregados e a flutuação dos índices de emprego na sazonalidade dos cultivos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo é apresentada a abordagem metodológica utilizada na pesquisa, com a descrição dos procedimentos seguidos em cada etapa da construção do estudo proposto.

Segundo Marconi e Lakatos (2007), sempre que se faz uso de procedimentos formais, com métodos de pensamento reflexivo, requerendo um tratamento científico com o intuito de conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, se está desenvolvendo uma pesquisa científica. A pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua reflexão e descoberta da realidade, representa uma aproximação contínua da realidade que nunca acaba, combinando teoria e dados (MINAYO, 1993).

No entanto, o que é uma pesquisa? De acordo com Lakatos e Marconi (2007), a pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados a partir do emprego de métodos científicos. São várias as formas de classificações da pesquisa. Para este trabalho, serão utilizadas as formas clássicas, sob o ponto de vista de sua natureza, da abordagem do problema, do ponto de vista de seus objetivos e seus procedimentos técnicos.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para utilização prática, envolvendo interesses locais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Prodanov e Freitas (2013) descrevem que pesquisa aplicada, objetiva gerar conhecimentos para realização prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

#### 3.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS

Trata-se de uma pesquisa explicativa, pois buscou determinar os porquês de determinadas ocorrências, por meio do registro, análise, classificação e da

interpretação dos fenômenos observados. Identificando fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2010). A pesquisa buscou compreender a evolução socioeconômica do município de Gravataí a partir dos dados tabulados.

### 3.3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Como procedimento técnico, foi utilizado o estudo de caso. Para Gil (2002), o estudo de caso se dá quando envolve a análise profunda e exaustiva de um objeto de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Segundo Prodanov e Freitas (2013), procedimentos técnicos dizem respeito ao planejar a pesquisa realizando a interpretação da coleta de dados, previsão de análise para controle de tais dados etc. O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência (PRODANOV e FREITAS, 2013).

### 3.4 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA

A abordagem da pesquisa é quantitativa, pois trata os resultados com uma base de conhecimento já difundida, de acordo com Silva, Lopes e Braga Júnior, (2014). A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.) (PRODANOV e FREITAS, 2013).

No desenvolvimento da pesquisa de natureza quantitativa, devemos formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos

resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação (PRODANOV e FREITAS, 2013).

### 3.5 COLETA DE DADOS

Para Yin (2001), a coleta de dados para os estudos de caso, pode se basear em muitas fontes de evidência, sendo elas: documentação, registro de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Sendo assim, o método de trabalho utilizado foi de coleta e comparação de dados numéricos e comparativos matematicamente.

O quadro 2 ilustra o método de trabalho utilizado:

**Quadro 2 - Resumo dos Procedimentos Metodológicos**

| <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> |                      |   |
|------------------------------------|----------------------|---|
| <b>CRITÉRIO</b>                    | <b>CLASSIFICAÇÃO</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
| NATUREZA                           | Aplicada             | Produção de conhecimentos e dados para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.                                     |
| OBJETIVOS                          | Descritiva           | Exposição das características de determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados.                    |
| PROCEDIMENTOS TÉCNICOS             | Estudo de Caso       | Representação estratégica preferida colocando questões do tipo "como" e "por que".  |
| ABORDAGEM DO PROBLEMA              | Quantitativa         | Uso de técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador.                                   |
| COLETA DE DADOS                    | Coleta de Dados      | Pesquisa de dados para utilização neste trabalho de origem secundária, de materiais já existentes, FEE e Secretaria da Fazenda de Gravataí. |
|                                    | Tabulação            | Demonstração dos dados secundários em forma de gráficos e tabelas para análises.  |
|                                    | Análise              | Avaliação dos dados, a partir da problematização.   |

Fonte: adaptado de Prodanov (2013)

#### 3.5.1 Método de Coleta de Dados

A pesquisa desenvolveu-se no município de Gravataí, Rio Grande do Sul, Brasil. O município possui uma população estimada de 273.611 habitantes, em um

território de 463,5 Km<sup>2</sup> (FEE, 2017). Criado no dia 11/06/1880 por meio da Lei nº 1247, faz parte da RMPA, sedia várias indústrias ligadas aos mercados de autopeças, eletroeletrônicos e obteve grande destaque no estado do Rio Grande do Sul quanto ao anúncio da instalação de uma montadora de automóveis no município.

As coletas dos dados e tabulações foram realizadas seguindo a lógica e fontes descritas a seguir:

**Quadro 3 - Histórico da GM de Gravataí**

| <b>Data</b> | <b>Evento</b>   |
|-------------|---|
| 17/03/1997  | Anúncio do município de Gravataí como sede do Complexo da GM      |
| 20/07/2000  | Inauguração oficial do Complexo Industrial Automotivo de Gravataí |
| 02/09/2000  | Lançamento do Chevrolet Celta                                     |
| 20/05/2005  | Produção do Celta de número 500.000                               |
| 01/10/2006  | Lançamento do Chevrolet Prisma                                    |
| 20/05/2008  | Produção do carro de número 1.000.000                             |
| 09/06/2010  | Início oficial das obras do Projeto Onix                          |
| 27/08/2010  | Produção de 1,5 milhão de veículos                                |
| 30/10/2012  | Lançamento do Chevrolet Onix                                      |
| 13/12/2012  | Produção do veículo de número 2.000.000                           |
| 26/02/2013  | Lançamento do novo novo Chevrolet Prisma                          |
| 16/07/2013  | Lançamento dos Chevrolet Onix e Prisma                            |
| 25/07/2014  | Produção de 2,5 milhões de veículos                               |
| 20/07/2015  | Aniversário de 15 anos da fábrica de Gravataí                     |

**Fonte: GM (2017)**

Quanto à delimitação do período a ser analisado, os dados são dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, retratando os caminhos trilhados pelos municípios brasileiros nos últimos 20 anos e traçando um panorama do desenvolvimento humano dos municípios.

A base de dados deste trabalho foi obtida na Fundação de Estatística do Estado (FEE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação João Pinheiro (FJP), resultando no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Os dados e análises foram distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Indicadores utilizados na Pesquisa

| <b>Indicador</b>  | <b>Análise</b>  |
|---|---|
| PIB e VAB<br>Agropecuário<br>Industrial<br>Serviços       | Brasil / RS / GRV<br>Anos: 1999 à 2012<br>% Participação GRV em relação: Brasil e RS                    |
| VAF (Valor Adicionado Fiscal)                             | VAF Estado / Município de Gravataí / Montadora<br>Dados em R\$ e %                                      |
| CNAE<br>RAIS  | Análise do município de Gravataí x RS x Brasil  |
| IDHM  | Brasil / Maior do Brasil / RS / GRV   |
| População Total   | Genero / Rural e Urbana   |
| Pirâmide Etária   | Distribuição por sexo, segundo grupos de idade  |
| Longevidade/Mortalidade/Fecundidade                       | Município de Gravataí   |
| Educação  | Distribuição por Ensino Fundamental, Médio e Superior   |
| Renda, Pobreza e Desigualdade                             | Ocupação, Nível Educacional e Rendimento Médio  |
| Habitação   | Água Encanada, Energia Elétrica e Coleta de Lixo  |
| Vulnerabilidade Social                                    | Crianças e Jovens:  |
|   | Mortalidade Infantil  |
|   | % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola  |
|   | % de crianças de 6 a 14 fora da escola  |
|   | % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa |
|   | % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos  |
|   | Taxa de atividade - 10 a 14 anos  |
|   | Família:  |
|   | % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família       |
|   | % de vulneráveis e dependentes de idosos  |
|   | % de crianças extremamente pobres   |
|   | Trabalho e Renda  |
|   | % de vulneráveis à pobreza  |
|   | % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal                         |
|   | Condição de Moradia   |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada |   |

Fonte: adaptado pelo autor (2017)

A partir das informações descritas no Quadro 4, desenvolveu-se o trabalho de análise dos indicadores e sua evolução nos últimos 15 anos. Verificou-se a ocorrência de crescimento econômico no município de Gravataí após o aporte de um

investimento do nível de uma montadora de automóveis, correlacionando indicadores sociais e econômicos.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentados os dados referentes aos índices considerados mais relevantes para avaliação do crescimento econômico no município de Gravataí a partir da instalação de uma montadora de automóveis.

### 4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO - GRAVATAÍ, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO BRASIL E RS

**Quadro 5 – PIB Município - Gravataí em relação ao Brasil e RS**

| Ano  | %Brasil |        |           |         |          | %Rio Grande do Sul |        |           |         |          |
|------|---------|--------|-----------|---------|----------|--------------------|--------|-----------|---------|----------|
|      | PIB     | VAB    | VAB Agrop | VAB Ind | VAB Serv | PIB                | VAB    | VAB Agrop | VAB Ind | VAB Serv |
| 1999 | 0,114%  | 0,113% | 0,011%    | 0,182%  | 0,096%   | 1,643%             | 1,608% | 0,100%    | 2,481%  | 1,449%   |
| 2000 | 0,128%  | 0,125% | 0,011%    | 0,212%  | 0,098%   | 1,841%             | 1,773% | 0,103%    | 2,802%  | 1,501%   |
| 2001 | 0,163%  | 0,152% | 0,012%    | 0,301%  | 0,104%   | 2,298%             | 2,116% | 0,099%    | 4,005%  | 1,587%   |
| 2002 | 0,161%  | 0,153% | 0,011%    | 0,308%  | 0,104%   | 2,249%             | 2,117% | 0,098%    | 4,119%  | 1,541%   |
| 2003 | 0,156%  | 0,148% | 0,011%    | 0,290%  | 0,102%   | 2,123%             | 1,999% | 0,085%    | 3,879%  | 1,518%   |
| 2004 | 0,167%  | 0,159% | 0,010%    | 0,308%  | 0,105%   | 2,359%             | 2,217% | 0,093%    | 4,104%  | 1,581%   |
| 2005 | 0,165%  | 0,162% | 0,011%    | 0,304%  | 0,111%   | 2,460%             | 2,411% | 0,134%    | 4,373%  | 1,720%   |
| 2006 | 0,163%  | 0,158% | 0,011%    | 0,291%  | 0,112%   | 2,468%             | 2,370% | 0,099%    | 4,463%  | 1,765%   |
| 2007 | 0,183%  | 0,176% | 0,010%    | 0,341%  | 0,120%   | 2,754%             | 2,612% | 0,086%    | 5,306%  | 1,875%   |
| 2008 | 0,168%  | 0,161% | 0,010%    | 0,308%  | 0,113%   | 2,551%             | 2,413% | 0,084%    | 4,852%  | 1,773%   |
| 2009 | 0,179%  | 0,184% | 0,011%    | 0,400%  | 0,112%   | 2,685%             | 2,720% | 0,092%    | 5,438%  | 1,843%   |
| 2010 | 0,183%  | 0,179% | 0,009%    | 0,356%  | 0,118%   | 2,736%             | 2,639% | 0,084%    | 5,040%  | 1,867%   |
| 2011 | 0,176%  | 0,172% | 0,008%    | 0,335%  | 0,118%   | 2,770%             | 2,659% | 0,075%    | 5,327%  | 1,910%   |
| 2012 | 0,158%  | 0,160% | 0,008%    | 0,305%  | 0,116%   | 2,498%             | 2,497% | 0,078%    | 4,924%  | 1,883%   |

Fonte: IBGE (2017)

Verificando a evolução da participação do município de Gravataí em relação ao Brasil, o Rio Grande do Sul e aos indicadores do PIB, VAB, VAB Agrop, VAB Ind e VAB Serv pode-se concluir:

a) em relação à participação do município de Gravataí no PIB Brasil não foram verificadas variações consideráveis nos últimos 14 anos;

b) quanto à participação no PIB do Rio Grande do Sul ocorreu um crescimento entre os anos de 1999 para 2012 de 34,22 %.

Quando verificamos o VAB Brasil também manteve-se o percentual do município, sem alterações, mas na participação percentual no VAB do Rio grande do Sul ocorreu um acréscimo substancial de 35,6 % no período de 1999 até 2012.



Entretanto, quando se verifica o real objetivo da pesquisa que é analisar o impacto do investimento do porte de uma montadora no município verificamos o ocorrido no VAB Ind, ou seja, o crescimento de participação de Gravataí entre os anos 2001 até 2012 chegou a mais de 50%.

#### 4.2 VALOR ADICIONADO FISCAL – RS, GRAVATAÍ E O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA MONTADORA DE AUTOMÓVEIS

Atualmente, a Divisão de Promoção e Educação Tributária (DPET), é responsável por calcular o Índice de Participação dos Municípios (IPM) na receita do ICMS. A forma de cálculo é regulada pela Lei Complementar no. 63/90 e Lei Estadual no. 11.038/97. Após a apuração do valor, a Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ) divulga, de forma provisória, concedendo prazo para recursos dos municípios em 30 dias, para, então, divulgar o IPM definitivo (SMF/AT, 2017).

A Constituição Federal (CF) estabelece, em seu artigo 158, inciso IV, que 25% do total da receita auferida com ICMS arrecadado pelos estados retorne aos municípios, por intermédio de um percentual de cada um dos municípios na receita total. No Rio Grande do Sul, existem 497 municípios, sendo que Gravataí representa a quarta posição no ranking de arrecadação.

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei, formando o índice final. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que corresponde por 75% da composição do índice.

**Quadro 6 – PIB Município - Gravataí em relação ao Brasil e RS**

| <b>ANO</b> | <b>VAF ESTADO<br/>R\$</b> | <b>VAF MUNICÍPIO<br/>GRAVATAÍ R\$</b> | <b>REPRESENTATIVIDADE<br/>MONTADORA DE AUTOMÓVEIS %</b> |
|------------|---------------------------|---------------------------------------|---|
| 2011       |                           | 6.258.439.035,26                      | 31,00   |
| 2012       | 198.479.660.167,00        | 5.495.361.975,08                      | 36,00   |
| 2013       | 229.738.709.989,00        | 7.416.932.579,32                      | 41,00   |
| 2014       | 239.332.237.811,00        | 8.534.707.760,05                      | 48,00   |
| 2015       | 254.490.270.594,00        | 7.339.412.013,90                      | 39,00   |

Fonte: SMF/AT (2017)

Quanto à publicação do Índice Provisório (IPM), a previsão é para o mês de junho/2017. A partir dos percentuais apresentados, é possível verificar a grande representatividade da montadora de automóveis na arrecadação do município e no

desenvolvimento de políticas públicas para melhorias na qualidade de vida dos cidadãos de Gravataí.

A queda na representatividade de 2014 para 2015 de 9% ocorreu em função da redução das vendas de veículos novos em todo o país, que representou uma redução drástica nas vendas e, por consequência, na arrecadação. Em virtude do cálculo do VAF ocorrer sempre na metade do próximo ano corrente, a expectativa é a de que, no ano de 2017, o impacto da representatividade da montadora seja caracterizada ainda, pelo fato da interrupção do terceiro turno da montadora e redução grande da mão de obra.

#### 4.3 CNAE E RAIS - ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ (RS) E DO BRASIL

A seguir apresenta-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) a partir da qual estão sendo verificadas as classes econômicas de maior representatividade no município de Gravataí separadas em macros setores, com a quantidade de trabalhadores empregados em cada setor das atividades urbanas.

**Quadro 7 - Classes Econômicas evolução Gravataí**

| Ano de atividade  | 2000                 |                    | 2005                 |                    | 2010                 |                    | 2015                 |                    | Variação<br>Anos 2000<br>e 2015 |
|---|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|---------------------------------|
|   | Quant.<br>Empregados | Representação<br>% | Quant.<br>Empregados | Representação<br>% | Quant.<br>Empregados | Representação<br>% | Quant.<br>Empregados | Representação<br>% |                                 |
| <b>Classe / Atividade Econômica</b>   |                      |                    |                      |                    |                      |                    |                      |                    |                                 |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS                                   | 974                  | 3,32               | 1266                 | 3,48               | 1617                 | 3,33               | 1805                 | 3,46               | 831                             |
| FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO                                    | 1638                 | 5,58               | 924                  | 2,54               | 2983                 | 6,14               | 486                  | 0,93               | -1152                           |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS                  | 1980                 | 6,75               | 2377                 | 6,54               | 2827                 | 5,81               | 2633                 | 5,04               | 653                             |
| FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES | 1176                 | 4,01               | 2379                 | 6,55               | 1748                 | 3,60               | 1960                 | 3,75               | 784                             |
| FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS           | 1938                 | 6,61               | 4143                 | 11,40              | 5467                 | 11,24              | 7410                 | 14,19              | 5472                            |
| CONSTRUÇÃO  | 2132                 | 7,27               | 1048                 | 2,88               | 1304                 | 2,68               | 1813                 | 3,47               | -319                            |
| COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS                     | 612                  | 2,09               | 756                  | 2,08               | 1300                 | 2,67               | 1798                 | 3,44               | 1186                            |
| COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS                 | 2876                 | 9,80               | 4243                 | 11,67              | 6824                 | 14,03              | 7857                 | 15,04              | 4981                            |
| TRANSPORTE TERRESTRE  | 1620                 | 5,52               | 2169                 | 5,97               | 2604                 | 5,36               | 2869                 | 5,49               | 1249                            |
| SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS                                   | 1160                 | 3,95               | 1882                 | 5,18               | 2373                 | 4,88               | 2643                 | 5,06               | 1483                            |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL                               | 3809                 | 12,99              | 4180                 | 11,50              | 4367                 | 8,98               | 4684                 | 8,97               | 875                             |
| SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS  | 705                  | 2,40               | 1014                 | 2,79               | 1405                 | 2,89               | 1641                 | 3,14               | 936                             |
| <b>Total de empregados / Representação %</b>                                    | <b>20620</b>         | <b>70,30</b>       | <b>26381</b>         | <b>72,58</b>       | <b>34819</b>         | <b>71,61</b>       | <b>37599</b>         | <b>71,99</b>       |                                 |

Fonte: CNAE 95

A partir do quadro 7, é possível verificar, no primeiro momento, que fabricação de borracha e plástico teve uma redução entre os anos de 2000 e 2015 de 1.152 postos de trabalho em virtude da transferência da produção para outro estado da federação da Fábrica de Fabricante de Pneus do município, assim como uma redução em 391 postos na construção.

Ao observar os dados dos anos 2000 até 2015, em relação ao macro setor,

sendo objeto de estudo a fabricação e montagem de veículos automotores, reboques, carrocerias ocorreu um crescimento de mais de 5.000 postos de trabalho no município acompanhado pelo macro setor: comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos em quase 5.000 postos de trabalho.

Já ao analisar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, índice importante que tem por objetivos suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, prover dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho à entidades governamentais, constatou-se as principais evoluções deste indicador no município de Gravataí.

**Quadro 8 – Atividades econômicas e participação do emprego no município de Gravataí**

| Classe / Atividade Econômica  | %Gravataí Total |         |         |         |
|---|-----------------|---------|---------|---------|
|   | 2000            | 2005    | 2010    | 2015    |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS                         | 3,321%          | 3,483%  | 3,326%  | 3,456%  |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS                                       | 3,604%          | 2,537%  | 1,617%  | 0,846%  |
| FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO                          | 5,584%          | 2,542%  | 6,135%  | 0,931%  |
| FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS                      | 1,255%          | 0,927%  | 1,141%  | 0,599%  |
| FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCEIRAS | 6,607%          | 11,399% | 11,244% | 14,188% |
| CONSTRUÇÃO  | 7,269%          | 2,883%  | 2,682%  | 3,471%  |
| COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS       | 9,805%          | 11,674% | 14,035% | 15,043% |
| TRANSPORTE TERRESTRE  | 5,523%          | 5,968%  | 5,356%  | 5,493%  |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL                     | 12,986%         | 11,501% | 8,982%  | 8,968%  |

Fonte: CNAE 95

Os números no quadro 8 mostram o aumento e representatividade da classe econômica entre os anos de 2000 até 2015, objeto de nossa pesquisa: fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias em 114,74%, acompanhado pelo macro setor comércio varejista, reparação de objetos pessoais e domésticos que teve um acréscimo de 53,42 % em relação aos anos de 2000 até 2015.

Os dados mostram que a implantação da montadora de automóveis no município de Gravataí, a partir do ano 2000 até 2015, acrescentou mais de 5.000 postos de trabalhos fora os gerados nas empresas fornecedoras de outras classes econômicas que não são objeto desta pesquisa. Outro dado importante é que, segundo a diretoria de Relações Públicas e Governamentais da Montadora no Mercosul, a empresa não disponibiliza dados de contratações e número de funcionários do complexo automotivo, mas, no momento, o número de contratações gira em torno de 8.000 postos de trabalho sendo que 80% são moradores do

município de Gravataí. Com isso, em média, são 6.400 postos de trabalhos gerados pelo investimento automotivo.

#### 4.4 IDHM – EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE E RENDA - BRASIL, RS E GRAVATAÍ

Com base em dados disponibilizados pelos principais órgãos gerenciadores de dados do país, PNUD, Ipea e FJP, utilizados em diversos trabalhos acadêmicos, foram desenvolvidas análises do IDHM levando em consideração dados disponíveis nos anos censitários: 1991, 2000, 2010.

**Quadro 9 - IDHM, Gravataí – RS**

|  | 1991   | 2000  | 2010   |
|--|--------|-------|--------|
| <b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal</b>  | 0,54   | 0,661 | 0,736  |
| <b>IDHM Educação</b>   | 0,332  | 0,5   | 0,636  |
| % de 18 anos ou mais com fundamental completo  | 31,74  | 45,46 | 61,11  |
| % de 5 a 6 anos na escola  | 23,99  | 45,9  | 64,27  |
| % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo | 63,93  | 79,8  | 89,89  |
| % de 15 a 17 anos com fundamental completo   | 30,81  | 52,82 | 61,57  |
| % de 18 a 20 anos com médio completo   | 16,71  | 30,94 | 43,78  |
| <b>IDHM Longevidade</b>  | 0,75   | 0,839 | 0,862  |
| Esperança de vida ao nascer  | 70,01  | 75,33 | 76,74  |
| <b>IDHM Renda</b>  | 0,634  | 0,688 | 0,727  |
| Renda per capita (em R\$)  | 414,58 | 577,3 | 737,29 |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

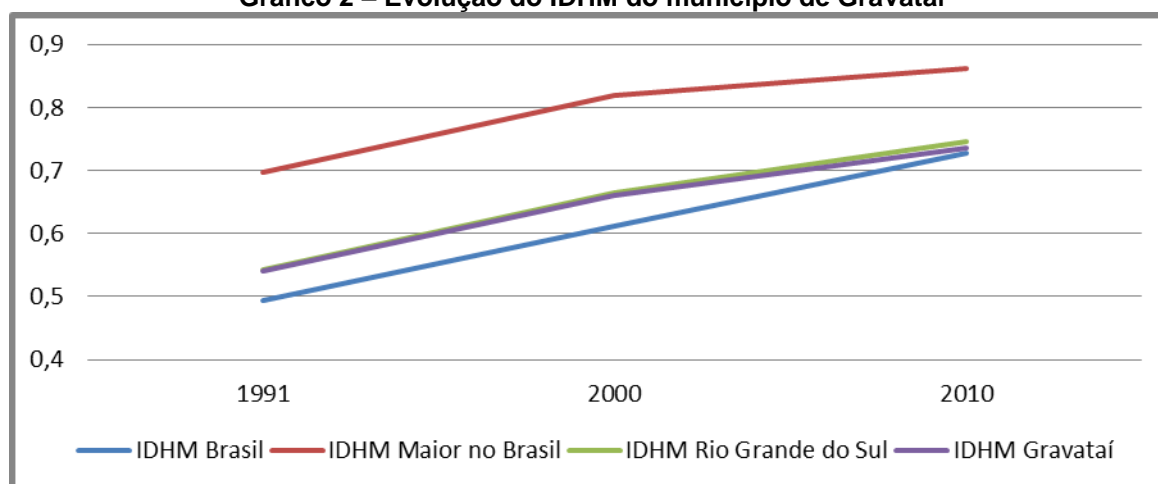
O quadro 9 mostra a evolução do IDHM no município de Gravataí, evidenciando a melhora desse indicador. Entre os anos de 1991 até 2010, ocorreu um crescimento de 26,63 % do indicador. O índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Gravataí foi de 0,736, em 2010, o que situou esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,862, seguida pela renda, com índice de 0,727, e educação, com índice de 0,636.

**Quadro 10 - IDHM Brasil, RS e Gravataí**

|                        | 1991  | 2000  | 2010  |
|------------------------|-------|-------|-------|
| IDHM Brasil            | 0,493 | 0,612 | 0,727 |
| IDHM Maior no Brasil   | 0,697 | 0,82  | 0,862 |
| IDHM Rio Grande do Sul | 0,542 | 0,664 | 0,746 |
| IDHM Gravataí          | 0,54  | 0,661 | 0,736 |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

De 1991 até 2010, o IDHM do município passou de 0,540, em 1991, para 0,736, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 36,30% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 57,39% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,304), seguida por longevidade e por renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,358), seguida por longevidade e por renda.

**Gráfico 2 – Evolução do IDHM do município de Gravataí**

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

O IDHM passou de 0,661, em 2000, para 0,736, em 2010 - uma taxa de crescimento de 11,35%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 77,88%, entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em

termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,136), seguida pela renda e a longevidade.

O IDHM passou de 0,540, em 1991, para 0,661, em 2000 - uma taxa de crescimento de 22,41%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 73,70% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,168), seguida pela longevidade e renda.

#### 4.5 POPULAÇÃO GRAVATAÍ – GÊNERO, DIVISÃO RURAL E URBANA; LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE, CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA

As informações abaixo são provenientes das análises, considerando, a partir do IDHM, indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento da população do município de Gravataí com base em dados disponíveis nos anos censitários: 1991, 2000, 2010.

**Quadro 11 - Segmentação da população do município de Gravataí, RS**

| População Total, por Gênero, Rural/Urba<br>a | Populaçã<br>o (1991) | % do<br>Total<br>(1991<br>) | Populaçã<br>o (2000) | % do<br>Total<br>(2000<br>) | Populaçã<br>o (2010) | % do<br>Total<br>(2010<br>) | Tx<br>91-00 | Tx 00-<br>10 |
|--|----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|-------------|--------------|
| População total                              | 181.035              | 100                         | 232.629              | 100                         | 255.660              | 100                         | 2,83<br>%   | 1,05%        |
| População residente masculina                | 89.752               | 49,<br>58                   | 114.837              | 49,<br>36                   | 124.880              | 48,<br>85                   | 2,78<br>%   | 0,94%        |
| População residente feminina                 | 91.283               | 50,<br>42                   | 117.792              | 50,<br>64                   | 130.780              | 51,<br>15                   | 2,87<br>%   | 1,17%        |
| População urbana                             | 167.863              | 92,<br>72                   | 212.144              | 91,<br>19                   | 243.497              | 95,<br>24                   | 2,64<br>%   | 1,54%        |
| População rural                              | 13.172               | 7,2<br>8                    | 20.485               | 8,8<br>1                    | 12.163               | 4,7<br>6                    | 5,03<br>%   | -<br>5,63%   |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,83%. Na UF, esta taxa foi de 1,21%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 92,72% para 91,19%. Entre 2000 e 2010, a população de Gravataí cresceu a uma taxa média anual de 0,95%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 91,19% para 95,24%. Em

2010, viviam no município 255.660 pessoas.

**Quadro 12 - Evolução etária do município de Gravataí, RS**

|                                 | <b>População<br/>(1991)</b> | <b>% do<br/>Total<br/>(1991)</b> | <b>População<br/>(2000)</b> | <b>% do<br/>Total<br/>(2000)</b> | <b>População<br/>(2010)</b> | <b>% do<br/>Total<br/>(2010)</b> |
|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| Menos de 15 anos                | 60.199                      | 33,25                            | 70.829                      | 30,45                            | 58.843                      | 23,02                            |
| 15 a 64 anos                    | 114.147                     | 63,05                            | 151.046                     | 64,93                            | 179.926                     | 70,38                            |
| População de 65<br>anos ou mais | 6.689                       | 3,69                             | 10.754                      | 4,62                             | 16.891                      | 6,61                             |
| Razão de<br>dependência         | 58,6                        | -                                | 48,76                       | -                                | 42,09                       | -                                |
| Taxa de<br>envelhecimento       | 3,69                        | -                                | 4,62                        | -                                | 6,61                        | -                                |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 48,56% para 42,09% e a taxa de envelhecimento, de 4,62% para 6,61%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 58,60% e 3,69%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43%, em 1991, para 54,88%, em 2000 e 45,87%, em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Razão de dependência é o percentual da população que possui menos de 15 anos, da população de 65 anos e mais (população dependente). No tocante à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa), pode-se verificar, a partir disso, que o índice da população ativa do município reduziu em 13,68 % a dependência em virtude do aumento do emprego e renda.

Em relação à taxa de envelhecimento, que é a razão entre a população que possui 65 anos, ou mais, de idade em relação à população total, mostra uma evolução de 43,07 % na expectativa de vida da população do município evidenciando o foco de políticas públicas voltadas para uma população que apresenta expectativa de vida mais elevada.

**Quadro 13 - Longevidade, mortalidade e fecundidade**

|                                 | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------------------|------|------|------|
| Esperança de vida ao nascer     | 70   | 75,3 | 76,7 |
| Mortalidade infantil            | 19,1 | 12,8 | 11,3 |
| Mortalidade até 5 anos de idade | 22,4 | 15,1 | 12,8 |
| Taxa de fecundidade total       | 2,4  | 2,4  | 1,9  |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 12,8 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 19,1. Já na UF, a taxa era de 12,4, em 2010, de 16,7, em 2000 e 22,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpriu uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo os quais a mortalidade infantil no país deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 1,4 anos na última década, passando de 75,3 anos, em 2000, para 76,7 anos, em 2010. Em 1991, era de 70,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer foi de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos, em 1991.

#### 4.6 EDUCAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS E NÍVEIS ESCOLARES

**Quadro 14 – Educação no município de Gravataí**

| Região   | Brasil |       |       | Rio Grande do Sul |       |       |
|--|--------|-------|-------|-------------------|-------|-------|
|  | 1991   | 2000  | 2010  | 1991              | 2000  | 2010  |
| IDHM Educação  | 0,279  | 0,456 | 0,637 | 0,328             | 0,505 | 0,642 |
| Subíndice de escolaridade - IDHM Educação  | 0,3    | 0,39  | 0,54  | 0,31              | 0,41  | 0,56  |
| % de 5 a 6 anos na escola  | 37,3   | 71,47 | 91,12 | 31,41             | 59,94 | 79,9  |
| % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo | 36,84  | 59,13 | 84,86 | 56,87             | 76,97 | 89,69 |
| % de 15 a 17 anos com fundamental completo   | 20,01  | 39,72 | 57,24 | 29,66             | 52,63 | 61,13 |



|   |       |       |       |       |       |       |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| % de 18 a 20 anos com médio completo          | 12,98 | 24,82 | 41,01 | 16,97 | 32,02 | 43,79 |
| % de 18 anos ou mais com fundamental completo | 30,09 | 39,76 | 54,92 | 31,24 | 41,9  | 56,29 |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Os dados mostram que o IDM Educação Brasil e RS teve uma evolução de muito baixo para um patamar de desenvolvimento médio, mas, em relação ao subíndice de escolaridade, o Brasil e RS encontram-se na faixa de desenvolvimento classificada como baixa. No que diz respeito aos percentuais de escolaridade, por faixa etária e níveis, ocorreram evoluções, mas, tanto no Brasil quanto especificamente no Rio Grande do Sul, estamos longe de um patamar aceitável de escolaridade da população brasileira e gaúcha.

No Brasil, o melhor índice é de pré-escola, pois o indicador mostra uma evolução de 1991 até 2010 de 53,82 % alcançando o patamar de 91,12 % da população. O melhor índice do RS está na faixa de fundamental completo, visto que evoluiu em 32,82 % atingindo um percentual de 89,69%.

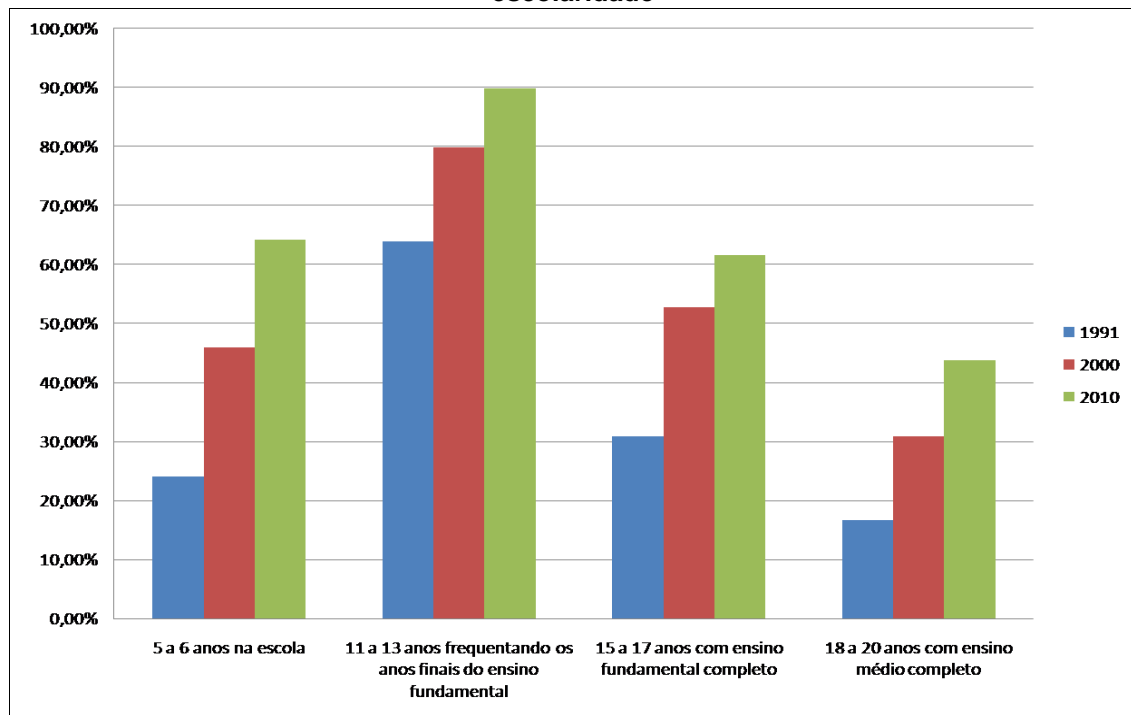
**Quadro 15 – Educação no município de Gravataí**

|  | 1991       | 2000       | 2010       | 2010<br>RS | 2010<br>BR |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| 5 a 6 anos na escola   | 23,99<br>% | 45,90<br>% | 64,27<br>% | 79,90<br>% | 91,12<br>% |
| 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental | 63,93<br>% | 79,80<br>% | 89,89<br>% | 89,69<br>% | 84,86<br>% |
| 15 a 17 anos com ensino fundamental completo                   | 30,81<br>% | 52,82<br>% | 61,57<br>% | 61,13<br>% | 57,24<br>% |
| 18 a 20 anos com ensino médio completo                         | 16,71<br>% | 30,94<br>% | 43,78<br>% | 43,79<br>% | 41,01<br>% |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Os dados mostram que a evolução da educação no município de Gravataí está desproporcional quando analisamos a educação básica, ensino fundamental e médio. Em virtude da necessidade de formação mínima de ensino médio completo para inserção no mercado de trabalho, exigido pela montadora e seus sistemistas, houve um crescimento que acompanhou o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, mas quando verificamos o crescimento em pré-escola, o índice ficou muito abaixo do esperado.

**Gráfico 3 – Educação no município em relação aos censos, faixa etária e nível de escolaridade**



Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

As quantidades de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 64,27%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 89,89%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 61,57%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 43,78%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 40,28 pontos percentuais, 25,96 pontos percentuais, 30,76 pontos percentuais e 27,07 pontos percentuais.

**Quadro 16 – Educação no município de Gravataí: População Adulta (18 anos ou mais)**

|   | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|------|------|------|
| Fundamental incompleto e analfabeto     | 10%  | 7%   | 4%   |
| Fundamental incompleto e alfabetizado   | 62%  | 53%  | 39%  |
| Fundamental completo e médio incompleto | 16%  | 20%  | 20%  |
| Médio completo e superior incompleto    | 10%  | 17%  | 31%  |
| Superior completo                       | 2%   | 3%   | 6%   |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Compõe também o IDHM o fator educação, um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 45,46% para 61,11%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 31,74%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 3,85% eram analfabetos, 57,24% tinham o ensino fundamental completo, 36,86% possuíam o ensino médio completo e 5,64%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

#### 4.7 RENDA, POBREZA, DESIGUALDADE, OCUPAÇÃO EM RELAÇÃO AO NÍVEL EDUCACIONAL E RENDA

**Quadro 17 – Renda, Pobreza e Desigualdade no município de Gravataí**

|                           | 1991   | 2000  | 2010   |
|---------------------------|--------|-------|--------|
| Renda per capita (em R\$) | 414,58 | 577,3 | 737,29 |
| % de extremamente pobres  | 4,18   | 3,03  | 1,54   |
| % de pobres               | 16,55  | 11,83 | 5,39   |
| Índice de Gini            | 0,44   | 0,48  | 0,44   |

Fonte: adaptado de PNUD, Ipea e FJP (2016)

A renda per capita média de Gravataí cresceu 77,84% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 414,58, em 1991, para R\$ 577,30, em 2000, e para R\$ 737,29, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,08%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,75%, entre 1991 e 2000, e 2,48%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 16,55%, em 1991, para 11,83%, em 2000, e para 5,39%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,44, em 1991, para 0,48, em 2000, e para 0,44, em 2010.

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, com o intuito de ser um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado

grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países (IPEA, 2017).

O resultado em relação ao município de Gravataí mostrou um índice bem melhor em relação ao Brasil, evidenciando uma maior distribuição de renda entre a população ativa do município. Gravataí encontra-se no mesmo nível de países como Rússia e China segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017).

**Quadro 18 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Gravataí - RS**

|   | <b>2000</b> | <b>2010</b> |
|---|-------------|-------------|
| Taxa de atividade - 18 anos ou mais                           | 68,57       | 68,1        |
| Taxa de desocupação - 18 anos ou mais                         | 15,75       | 6,84        |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais           | 63,72       | 71,67       |
| <b>Nível educacional dos ocupados</b>                         |             |             |
| % dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais     | 53,84       | 70,14       |
| % dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais           | 29,44       | 47,6        |
| <b>Rendimento médio</b>                                       |             |             |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais | 25,99       | 10,65       |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais | 65,56       | 64,69       |
| % dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais | 92,92       | 93,42       |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 68,57%, em 2000, para 68,10%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 15,75%, em 2000, para 6,84%. em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 2,19% trabalhavam no setor agropecuário, 0,05% na indústria extrativa,

25,10% na indústria de transformação, 8,08% no setor de construção, 0,86% nos setores de utilidade pública, 18,10% no comércio e 41,40% no setor de serviços.

#### 4.8 INDICADORES DE HABITAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

**Quadro 19 – Indicadores de Habitação no Município de Gravataí**

|   | 1991  | 2000  | 2010  |
|---|-------|-------|-------|
| % da população em domicílios com água encanada    | 93,7  | 95,03 | 98,65 |
| % da população em domicílios com energia elétrica | 98,5  | 99,43 | 99,77 |
| % da população em domicílios com coleta de lixo   | 92,91 | 98,72 | 99,67 |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

As informações acima mostram a evolução significativa do município de Gravataí em relação as condições básicas de infraestrutura para a população onde quase 100% dos domicílios estão com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, principalmente nas áreas de menor acesso e rurais. Mostra um direcionamento da arrecadação pública para investimentos ligados à melhoria da condição básica de vida dos cidadãos gravataienses.

**Quadro 20 – Vulnerabilidade Social - Município - Gravataí – RS**

| <b>Crianças e Jovens</b>  | 1991  | 2000  | 2010  |
|---|-------|-------|-------|
| Mortalidade infantil  | 19,11 | 12,83 | 11,3  |
| % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola  | -     | 90,64 | 79    |
| % de crianças de 6 a 14 fora da escola  | 13,85 | 5,09  | 4,27  |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa | -     | 10,33 | 5,42  |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos  | 2,28  | 3,93  | 1,77  |
| Taxa de atividade - 10 a 14 anos  | -     | 4,34  | 3,93  |
| <b>Família</b>  |       |       |       |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família       | 10,28 | 13,75 | 17,64 |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos  | 1,87  | 1,28  | 0,98  |
| % de crianças extremamente pobres   | 6,25  | 5,42  | 3,13  |

| <b>Trabalho e Renda</b>   |       |       |       |
|---|-------|-------|-------|
| % de vulneráveis à pobreza  | 42,32 | 30,42 | 18,01 |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | -     | 40,26 | 27,83 |
| <b>Condição de Moradia</b>  |       |       |       |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada                       | 88,77 | 93,2  | 96,24 |

Fonte: adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2016)

Quando verificamos os indicadores de vulnerabilidade social na dimensão crianças e jovens podemos verificar seis indicadores a serem analisados. mortalidade infantil: redução de 40,87 % de 1991 para 2010. Outro ponto importante foi a redução do percentual de crianças de 6 a 14 fora da escola com redução e, concomitantemente, a taxa de atividade no tocante às crianças de 10 a 14 anos reduziu, mostrando uma evolução em relação a esta faixa etária na população do município, onde a taxa de atividade representa o percentual das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade.

Já na dimensão família podemos verificar dois paradoxos:

1º) percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor aumentou 7,36 % em relação aos censos de 1991 até 2010.

2º) já, em contrapartida, o percentual de vulneráveis e dependentes de idosos reduziu em 0,89 % e o percentual de crianças extremamente pobres reduziu em 3,12 %, todos os dois em relação aos censos de 1991 até 2010.

Nas dimensões trabalho e renda os dois indicadores evoluíram, e muito, em melhoria da qualidade de vida dos cidadãos:

1º) percentual de vulneráveis à pobreza redução de 24,31% do censo de 2000 até 2010.

2º) percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal ocorreu uma redução de 22,25 % entre os censos 1991 até 2010.

Por fim, em relação à dimensão condição de moradia o percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada evoluiu, e muito, passando de 88,77 do censo de 1991 para 96,24 % do total da população no censo de 2010.

## 4.9 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A partir das análises dos indicadores sociais e econômicos podemos chegar a conclusões e evidências sobre o impacto do investimento do porte de uma montadora de automóveis no município de Gravataí conforme o quadro 21:

**Quadro 21 – Resumo das análises realizadas**

| <b>Indicador</b>  | <b>Principal evolução ou impacto</b>  |
|---|---|
| PIB % Gravataí X Brasil   | Participação de GRV no PIB Brasil sem grandes variações nos últimos 14 anos.  |
| PIB % Gravataí X RS   | Participação no PIB de GRV no RS teve um crescimento nos anos 1999 para 2012 de 34,22 %.  |
| VAB % Gravataí X Brasil   | O VAB Brasil manteve-se sem alterações, mas a participação no VAB do RS teve um acréscimo substancial de 35,6 % no período de 1999 à 2012. VAB Ind, o crescimento de participação do município entre os anos 2001 até 2012 chegou a mais de 50%, evidenciando a influência direta do investimento do nível do feito no município. |
| VAB % Gravataí X RS   |   |
| VAB Agrop Gravataí X Brasil                                     |   |
| VAB Agrop Gravataí X RS   |   |
| VAB Ind Gravataí X Brasil                                       |   |
| VAB Ind Gravataí X RS   |   |
| VAB Serv Gravataí X Brasil                                      |   |
| VAB Serv Gravataí X RS  |   |
| Representatividade no VAF da Montadora de Automóveis            | Este indicador mostrou claramente a dependência do município em relação a montadora que representa em torno de 40 % do VAF que na composição de repasse do ICMS representa 75% do indicador.  |
| CNAE e RAIZ   | Crescimento de 5.424 postos de trabalho em relação aos anos de 2000 à 2015. Em relação a RAIZ aumento de 114,74 % dos postos de trabalho no macro setor Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias   |
| <b>IDHM Gravataí RS</b>   | Crescimento de 26,63 %, ocupando uma faixa de desenvolvimento: alta.  |
| <b>IDHM Educação Gravataí RS</b>                                | Crescimento de 47,80 %, ocupando uma faixa de desenvolvimento: médio.   |
| Séries iniciais de 5 à 6 anos                                   | Aumento de 40,28 % de participação do Censo de 1991 para o Censo de 2010.   |
| 11 à 13 anos Fundamental regular ou completo                    | Aumento de 25,90 % de participação do Censo de 1991 para o Censo de 2010.   |
| 15 à 17 anos Fundamental completo                               | Aumento de 30,76 % de participação do Censo de 1991 para o Censo de 2010.   |
| 18 anos ou mais Fundamental completo                            | Aumento de 29,37 % de participação do Censo de 1991 para o Censo de 2010.   |
| 18 à 20 anos Médio Completo                                     | Aumento de 27,07 % de participação do Censo de 1991 para o Censo de 2010.   |
| <b>IDHM Longevidade Gravataí RS</b>                             | Crescimento de 12,99 %, ocupando uma faixa de desenvolvimento: alto.  |
| Esperança de vida ao nascer Gravataí RS                         | Crescimento de 6,73 %, na idade de vida ficando acima de 76 anos.   |
| <b>IDHM Renda Gravataí RS</b>                                   | Crescimento de 12,99 %, ocupando uma faixa de desenvolvimento: alto.  |
| Renda per capita (em R\$)                                       | Aumento de 43,77 %.   |
| <b>Relação IDHM Gravataí X RS X Brasil</b>                      | O IDHM do município de Gravataí ficou na faixa de desenvolvimento alto.   |
| População Total Gravataí RS/Genero/ Urbana e Rural/Faixa Etária | A população total do município de Gravataí teve uma redução da taxa média anual de mais de 1% .   |
| <b>Educação</b>   | Em todos os níveis analisados da ocupação na escola o município de Gravataí está na média ou  |
| 5 a 6 anos na escola  | acima do RS e Brasil.   |
| 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental  | Apenas devemos ressaltar as séries iniciais que ainda apresentam índices abaixo do RS e Brasil.   |

|   |  |
|---|--|
| 15 a 17 anos com ensino fundamental completo  | Necessitando de investimentos e programas nas séries iniciais.   |
| 18 a 20 anos com ensino médio completo  |  |
| <b>População Adulta (18 anos ou mais) Educação</b>  | A partir da análise dos percentuais da população adulta no Censo de 1991, mais de 60% da   |
| Fundamental incompleto e analfabeto   | população com fundamental incompleto alfabetizados. Já no censo de 2000 verificou-se um  |
| Fundamental incompleto e alfabetizado   | aumento nas demais faixas de educação, salientando-se aumento de 7 pontos percentuais na   |
| Fundamental completo e médio incompleto   | faixa do médio completo e superior incompleto. Identificamos a busca da população pela Educação  |
| Médio completo e superior incompleto  | em virtude das exigências do novo Investimento da cidade que tem exigência mínima de Médio   |
| Superior completo   | Completo.  |
| <b>Renda, Pobreza e Desigualdade</b>  |  |
| Renda per capita (em R\$)   | A Renda per capita do Município aumentou em R\$322,71, 43,77 % de aumento de 1991 à 2010.  |
| % de extremamente pobres  | O percentual dos Extremamente Pobres reduziu 2,64% do Censo de 1991 à 2010.  |
| % de pobres   | E o percentual de pobres no município reduziu em 11,16% do Censo de 1991 à 2010.   |
| Índice de Gini  | O município de Gravataí, apresenta em todos os Censos o mesmo Índice e melhor que Brasil.  |
| <b>Ocupação da população de 18 anos ou mais - Município - Gravataí - RS</b>                             |  |
| Taxa de atividade - 18 anos ou mais   | Entre 2000 e 2010 manteve-se o nível de taxa de ocupação, sem variação.  |
| Taxa de desocupação - 18 anos ou mais   | Entre 2000 e 2010 ocorreu uma redução dos desocupados de 8,91%.  |
| Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais   | Entre 2000 e 2010 ocorreu um aumento da formalização de 7,95%.   |
| <b>Nível educacional dos ocupados</b>   |  |
| % dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais   | aumento dos ocupados com fundamental completo em 16,3 %  |
| % dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais   | aumento dos ocupados com médio completo em 18,16%  |
| <b>Rendimento médio</b>   |  |
| % dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais   | Em relação aos rendimentos médios ficou claro o fechamento de vagas com rendimento médio de  |
| % dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais   | 1 salário mínimo e com variações de menos de um por cento mantiveram-se os ocupados que  |
| % dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais   | ganham de 2 até 5 salários mínimos.  |
| <b>Indicadores de Habitação</b>   |  |
| % da população em domicílios com água encanada  | Estes indicadores mostram um nível elevado no IDHM pois estão próximos dos cem por cento,  |
| % da população em domicílios com energia elétrica   | com diferenças de menos de um e meio percentuais.  |
| % da população em domicílios com coleta de lixo   |  |
| <b>Vulnerabilidade Social - Município - Gravataí - RS</b>   |  |
| <b>Crianças e Jovens</b>  |  |
| Mortalidade infantil  | Ocorreu uma queda de 40,87 % no índice de mortalidade infantil no município. Segundo IBGE no Brasil a Taxa em 2015 é de 13,82 (Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil - 2013). |
| % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola  | Assim como nos indicadores anteriores sobre educação a Vulnerabilidade Social do município de  |
| % de crianças de 6 a 14 fora da escola  | Gravataí está relacionada a geração de escolas e políticas públicas em relação aos anos iniciais.  |
| % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa |  |
| % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos  | Redução de 2,16 % no percentual de natalidade de mulheres menores de idade, mostrando evolução.  |
| <b>Família</b>  | Na dimensão Família da Vulnerabilidade Social do município ocorreram reduções importantes:   |
| % de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de               | Redução de 41,72 % no percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor.  |



|   |   |
|---|---|
| família   |   |
| % de vulneráveis e dependentes de idosos  | Redução de 47,59 % no percentual de vulneráveis e dependentes de idosos.                |
| % de crianças extremamente pobres   | Redução de 49,92 % no percentual de crianças extremamente pobres.                       |
| <b>Trabalho e Renda</b>   |   |
| % de vulneráveis à pobreza  | Grande evolução neste indicador com redução de 57,44 % nos vulneráveis à pobreza.       |
| % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal | Redução de 30,87 % na ocupação informal dos maiores de 18 anos ou mais sem fundamental. |
| <b>Condição de Moradia</b>  |   |
| % da população em domicílios com banheiro e água encanada                       | Evolução do indicador próximo dos 100 % e em evolução contínua.                         |

**Fonte: elaborado pelo autor (2017)**

Segundo Bresser (1986), o desenvolvimento econômico de um país, estado e nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante, porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. Já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de PPP (*Purchasing Power Parity*) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal. Há casos, entretanto, especialmente nos países produtores de petróleo, que a renda per capita não reflete em absoluto o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico de um país. Uma alternativa é o índice de desenvolvimento humano, que foi um importante avanço na avaliação do desenvolvimento econômico, mas não substitui as duas rendas por habitante anteriores, antes as complementa. O desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um estado nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora.

Analisando os resultados referentes à educação no quadro acima podemos perceber, em primeiro lugar, a evolução do nível educacional dos cidadãos gravataienses em relação ao ensino médio completo e superior incompleto, mostrando a busca por recolocação no mercado de trabalho local e a exigência mínima das empresas fornecedoras e da própria montadora para contratação de no mínimo com o ensino médio completo. Além disso, a busca por melhores condições

no nível profissional em relação aos cargos e salários, pela característica deste mercado, o automotivo, onde mostra crescimento na educação superior, pelo fato das vagas disponibilizadas neste mercado exigirem um conhecimento técnico elevado.

Os números apresentados em relação ao IDHM do município de Gravataí mostram um crescimento de 26,63 % e classificando-se como um índice de desenvolvimento alto, mostrando que, a partir da geração de empregos, modifica-se o nível proporcionado pelo investimento apresentado nesta pesquisa, sendo que as características principais são: geração de postos de trabalho com nível salarial maior, exigência de progresso técnico e qualificação para colocação nas vagas oferecidas, tendo como exigência mínima, ou seja, o ensino médio. Os números do IDHM do município sinalizam a prevalência de uma sociedade capitalista organizada com o estado incentivando a vinda do investimento e o mercado adequando-se a esta nova realidade gera crescimento e desenvolvimento econômico.

Bresser (1988) vale-se ainda do fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais. Com isso, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico. De fato, se definirmos crescimento econômico como simples aumento da renda per capita, os dois termos não se confundem porque há casos em que a produção média por habitante aumenta, mas mesmo no longo prazo não gera o aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade.

Os números apresentados em tal pesquisa resultam de uma reflexão, que versa de um tema único e delimitado, o investimento de grande porte no município de Gravataí junto com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as três mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda, é possível ter crescimento e desenvolvimento econômico.

Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar o fato de que o desenvolvimento econômico implica em transformações estruturais do sistema econômico e não simplesmente assegura o crescimento da renda per capita. Mostrou a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico, embora

fosse essa uma forma inteligente e sutil que o grande economista usou para se desvincular parcialmente do pensamento neoclássico. Ela é meramente teórica não fazendo sentido do ponto de vista histórico. É verdade que podem existir circunstâncias nas quais o crescimento da renda per capita não envolve essas transformações e não configuram, portanto, desenvolvimento econômico. É bem conhecido o caso de países cuja renda per capita cresce devido à exploração de um recurso natural do qual este, é muito bem, dotado, mas não há transformações estruturais na economia: a produção desse bem ocorre em regime de enclave, geralmente acompanhado por doença holandesa, ficando os frutos do progresso técnico limitados exclusivamente àquele setor da economia.

O município de Gravataí, fundamentado nos resultados no Índice de Gini, está classificado com um índice de 0,44. Com base em tais resultados, o município fica classificado como tendo uma distribuição de renda dentro de padrões de países como Rússia (93<sup>o</sup>. Colocação no *ranking* do PNUD) e China (90<sup>o</sup>. Colocação no *ranking* do PNUD) mostrando uma grande evolução, principalmente quando comparamos com o Brasil que encontram-se no 120<sup>o</sup> colocação, em um *ranking* de 127 países.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal seção evidencia que os objetivos do trabalho em voga foram atingidos de forma satisfatória. Apresenta também os aspectos mais relevantes da pesquisa e os resultados que foram atingidos.

Schumpeter (1997) discute a função do capital no desenvolvimento econômico considerando um “agente especial”, e afirma também que o mercado de capitais é aquilo a que na prática se chama mercado de dinheiro, pois, em sua opinião, não há outro mercado de capitais. A discussão em torno do papel do crédito, do capital e do dinheiro únicas três fontes de poder de compra de maneira extremamente interessante, caracterizando-os como um meio de financiar a inovação e, conseqüentemente, o crescimento industrial. O modelo de desenvolvimento econômico concebido é, basicamente, um modelo de industrialização.

No modelo analisado no município de Gravataí, com o aporte de um grande investimento industrial, verificou-se o aumento da arrecadação e do nível de desenvolvimento humano. Uma pesquisa divulgada, em 2014, pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) apontou que Gravataí estava entre as cem municípios com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do país. Verificamos, também, com base na análise de dados que o município, ao longo de alguns anos, encontra-se nas primeiras posições do *ranking*, pela maior participação da indústria e dos serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) e menos participação da agropecuária (FEE, 2016).

É preciso considerar ainda o fator histórico em relação ao Brasil. Boito (2006) aponta que os novos governos, a partir de Fernando Henrique Cardoso, criaram, em primeiro lugar, uma ilusão de poder no núcleo operário, do novo sindicalismo, representado pelos trabalhadores das montadoras de veículos do ABC paulista. Tem-se procurado cultivar essa ilusão: imagina-se uma solução localizada e baseada em inúmeros favores para as multinacionais do setor automotivo, para o drama do desemprego na região do ABC e procura-se estreitar os laços simbólicos com os trabalhadores de tal região. Em segundo lugar, o governo pode aprofundar, devido à origem popular de parte dos seus integrantes, o novo populismo regressivo, que aposta na divisão dos trabalhadores, instigando os miseráveis contra os pobres e esses contra os remediados. Há contradições reais em meio a tudo isso e a esquerda brasileira, muitas vezes, as ignorou. Os governos neoliberais, os antigos e

o atual, representando a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional, estão sabendo explorar muito bem essas contradições. Em terceiro lugar, a ascensão de Lula à Presidência da República eliminou a antiga resistência parlamentar ao neoliberalismo, composto pelos partidos que foram a espinha dorsal da base parlamentar do governo PT, PSB, PCdoB. Essas três novidades são negativas para o movimento operário e popular, de modo que se pode concluir que vitória eleitoral de 2002 tem representado, até aqui, uma derrota para a esquerda brasileira.

Foi possível estabelecer a partir dos dados do Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município de Gravataí e, em especial, no que diz respeito à arrecadação da Montadora de Automóveis que o percentual de participação gira em torno de 40 % deste indicador, mostrando dependência da economia da região e implantação de tal política de incentivo aos investimentos específicos de grandes grupos econômicos.

Outro ponto importante de nossa história é explicitado por Frey (2001) com base em uma perspectiva estratégica a partir da qual solicita-se um modelo político que seja caracterizado pelo estado politicamente sendo economicamente ativo. Este deve procurar criar e fomentar estruturas da sociedade civil e também abrir, criar, lutar para a ampliação, de forma ativa, das margens de ação junto aos cidadãos, procurando, desta maneira, capacitar à sociedade civil e os grupos tradicionalmente desprivilegiados, para que assim os próprios cidadãos possam defender e sustentar, em prazo hábil, o projeto de reforma iniciado - sem dúvida a melhor forma de garantir a sua sustentabilidade. Para incluir, de forma perene, pensando naqueles setores tradicionalmente marginalizados e necessitados no processo político, parece imprescindível o fomento e o apoio para organização formal desses setores, a fim de que eles possam mostrar-se mais resistentes contra tentativas de manipulação e formas de cooptação por parte de futuros chefes políticos.

Foi possível exemplificar a partir da análise do Produto Interno Bruto (PIB) do município em relação ao Estado do Rio Grande do Sul e Brasil, que, sem dúvida, os investimentos do porte de uma montadora de automóveis geraram um grande crescimento na arrecadação do município e fizeram com que o município ocupasse as primeiras posições do *ranking* econômico do Estado. Além disso, registrou-se uma evolução quanto ao nível educacional da população em relação ao Ensino Médio e Superior Incompleto com aumento de sete pontos percentuais no Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM).

Frey (2007) explicita outros fatores importantes que são: função dos programas de ajuste estrutural no Brasil nas últimas décadas, que envolvem políticas de austeridade, privatização e enxugamento do setor estatal em geral, os governos locais estão sofrendo crescentes pressões no sentido de adequar suas instituições e modos de agir a este novo contexto de um mundo cada vez mais globalizado, competitivo e interdependente. Governos locais, tradicionalmente voltados para solucionar problemas locais, sobretudo através do planejamento urbano e das diferentes políticas públicas, estão confrontados com a necessidade de contemplar nas suas estratégias urbanas os riscos e oportunidades auferidas por este ambiente externo em acelerada transformação. Ao mesmo tempo, os gestores urbanos sofrem crescentes pressões 'de baixo', por parte da população e das comunidades locais, que são expostas aos chamados 'efeitos colaterais' do progresso econômico e da globalização - aumento do desemprego, da criminalidade e violência urbana, deterioração ambiental e de qualidade de vida em geral - e demonstram uma grande vulnerabilidade social pelo fato de não dispor de meios adequados para se defenderem contra estas ameaças que comprometem não apenas a paz social nos centros urbanos, mas também a legitimidade democrática do poder local. O dilema enfrentado pelo gestor urbano entre precisar criar condições favoráveis para uma inserção progressiva dos setores mais modernos e dinâmicos da cidade no mundo da economia globalizada e procurar medidas e políticas capazes de mitigar os crescentes problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam os setores sociais mais fragilizados e empobrecidos, revela o estado precário e delicado da gestão pública em cidades social e economicamente partidas.

Em razão da pressão pública, escassez de recursos e necessidade de aumento na arrecadação dos municípios, os governantes públicos acabam por buscar alternativas de investimentos em seus municípios, estados e região. Para a pesquisa proposta, os objetivos foram respondidos sistematicamente, pois estavam todos voltados à análise da evolução socioeconômica do município de Gravataí em relação aos mais de cinquenta indicadores que indicaram a evolução econômica com a arrecadação, sendo que destinou-se atenção ao indicador com mais representatividade, Valor Adicionado Fiscal (VAF), que deixou clara a dependência que o município possui em relação a Montadora de Automóveis, as evoluções dos indicadores ligados ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM),

que podem, ou não, apresentar relação com a chegada da montadora. No momento, verifica-se o comprometimento das arrecadações municipais em todo o país com as folhas de pagamento e investimentos em infraestrutura, educação, saúde, ou seja, aspectos que evidenciam a dependência ou interferência em tais indicadores a partir do aporte da arrecadação de tal empresa no cenário mundial. No mais, comprovou-se que ocorreu certo crescimento quanto ao nível educacional, expectativa de vida e na representatividade do município quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADHB. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/gravatai\\_rs](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/gravatai_rs)> Acesso em: 13 de março de 2017.

ARRETCHE, M. T. da S. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez/IEE, p. 29-39, 2001.

BANDEIRA, Pedro S. **Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional**. IPEA. Textos para discussão, n. 630, fev.1999.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BOITO JR, A. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. In CAETANO, G.; MAYA, M. L. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**, Ciudad de Buenos Aires-AR: CLACSO Libros, 2006.

BRESSER-PEREIRA L. C. **O processo histórico do desenvolvimento econômico: ideias básicas– EESP/FGV, Texto para Discussão n° 157**, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lucro, Acumulação e Crise**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. "The state, civil society and democratic legitimacy". Lua Nova: **Revista de Cultura e Política** 36, p. 85-104, 1995.

BRESSER, Rudi K. F. "Matching collective and competitive strategies". **Strategic Management Journal**. p. 375-385, 1988.

CAGED. **Fundo de Amparo ao Trabalhador**, Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/caged-3/>> Acesso em: 20 de junho de 2017.

CAMPOS, Antônio Carlos; CALLEFI, Patrícia; SOUZA, João Batista da Luz. **A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização**. Acta Scientiarum: Humanand Social Sciences, vol:27 p.163, 2005.

CNAE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**, Ministério da Fazenda, Governo Federal. Disponível em: <<http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>> Acesso em: 15 de maio de 2017.

COSTA, F. de A., "Questão Agrária e Macropolíticas na Amazônia: Novos momentos grandes desafios", **Revista do Centro de Estudos Avançados**, n.53, jan.-mar., São Paulo: USP, 2005.



CHIRINKO, R. S. (1993). Business fixed investment spending: modeling strategies, empirical results, and policy implications. *Journal of Economic Literature*. v. 31, dec, p.1875-1911.

DUARTE, Vitor André da Silveira. **POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE OSÓRIO: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS À LUZ DOS QUOCIENTES LOCACIONAIS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). FACCAT – Taquara, RS. 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Indicadores / PIB Municipal / **Série Histórica**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/>>. Acesso em: 03/03/2017.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. **RAC eletrônica: Revista de Administração Pública**, v. 1, n. 1, p. 136-150, 2007.

\_\_\_\_\_. Perspectivas da democracia local na era digital. Anais do Seminário Brasil-Reino Unido “**Cidadania na sociedade da informação**”, realizado em 26-28.nov. Curitiba: Instituto Ágora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, jun, 2000.

FRIEDMANN, J. R. P. **Introdução ao planejamento regional - com referência especial à região amazônica**. Rio de Janeiro: FGV, 1960.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE, Porto Alegre. **Dados demográficos**. 2010, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GM. **General Motors do Brasil Chevrolet**. Disponível em: <<http://www.chevrolet.com.br/noticias/fabrica-gravatai-completa-15-anos.html>> Acesso em: 10 de março de 2017.

GOOGLE MAPS. **[Município de Gravataí]**. Disponível em: <url>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

HADDAD, Claudio LS. "Crescimento econômico do Brasil, 1900-1976." **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431350&search=rio-grande-do-sul|osorio|infograficos:-historico>> Acesso em: 18 de março de 2017.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Município de Gravataí**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/gravatai\\_rs](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/gravatai_rs)> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Índice Gini**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 10 de abril de 2017.

IPIRANGA, A.S.R.; AMORIM, M.A.; FARIA, M.V.C.M. Tecnologia Social de Mobilização para Arranjos Produtivos Locais: uma proposta de aplicabilidade. **Cadernos EBAPE.BR**. Vol.5(3), 2007.

LACZYNSKI, P. **Formação de consórcios públicos em regiões metropolitanas: o caso do projeto novos consórcios públicos para governança metropolitana**. CONSAD – III Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Sistemas de Inovação e Desenvolvimento as implicações de política**. São Paulo em Perspectiva, volume 19, número 1, páginas: 34-45, jan./mar.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a03.pdf>. 2012.

\_\_\_\_\_. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Novembro, 2003. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/redesist](http://www.ie.ufrj.br/redesist)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

LEI Nº 10.257/2001 **Estatuto da cidade** (Marco Legal), regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

LEI Nº 4.923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965. **Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4923.htm). Acesso em: 10 de maio de 2017.

LEI Nº 10.257/2001. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso em: 10 de maio de 2017.

LEI Nº 4.923/1965. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4923.htm)> Acesso em: 10 de maio de

2017.

LÓPEZ, Eugênio Climent; DEL VALLE, Ricardo Méndez Gutiérrez.

**Medios innovadores y desarrollo local: los sistemas locales productores de calzados del interior de España.** Estudios Geográficos, Vol.63 (246), 2002.

LOURENÇO, G. M; ROMERO, M. **Indicadores Econômicos.** In: MENDES, J. T. G. Economia Empresarial. Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Jesus, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. e Souza, E. R. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, nº 9, pp. 65-78, 1993.

MORAES, Jorge; SCHNEIDER, Sérgio. **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: Novas referências para o estudo do desenvolvimento rural.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Vol.6(2), 2010.

MORAES, J. L. A. de. **Dinâmicas Socio-Econômicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) da Região Vale do Rio Pardo-RS.** 2008. 222 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MYTELKA, L. FARINELLI, F. **From local clusters to innovation systems.** In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.) Systems of innovation and development: evidence from Brazil. Cheltenham: Edward Elgar, 2003 (2000).

NORTH, D.C. "Agriculture in Regional Economic Growth". **Journal of Farm Economics**, 41(5), december (Versão em português em SCHWARTZMANN, J. 1977

NORTH, Douglas. (1955). **Location Theory and Regional Economic Growth.** **Journal of Political Economy**, LXIII, June. Versão em português: SCHWARTZMANN, J. (org., 1977). **Economia Regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: Cedeplar.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais.** Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2013.

PAIVA, Carlos Águedo. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Documentos FEE nº 59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PEREIRA, R. M. (2001). Investment and uncertainty in a quadratic adjustment cost model: evidence from Brazil. **Revista de Economia Política.** v. 55 (2), abr/jun, p.283-311.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/>> Acesso em: 16 de março de 2017.

PORTAL DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. **Ministério do Trabalho**. <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/caged-3/>

PORTER, Michael E. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Tradução por: Afonso Celso da Cunha Serra, Rio de Janeiro. Campus.1999.

POVERTY. Washington: Ourum Press, 1998 [tradução brasileira: **O banqueiro dos pobres**] São Paulo: Ática, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de, **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2013.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firms cooperation in Italy**. Geneve: International Institute for Labor and Studies, 1990.

RAIS. Ministério do Trabalho. **Portal Brasil**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>> Acesso em: 01 de março de 2017.

REIS, José. **Território e Sistemas Produtivos Locais: Uma Reflexão sobre as Economias Locais**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra 25/26, 1988.

RIBAS, F. T. T. **Somos frutos da nossa socialização: a influência dos valores humanos no comprometimento organizacional**. 110 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RIEDL, M.; MAIA, Claudio Machado; Filippi, Eduardo Ernesto . An essay on the concept of territory in rural and regional development researches. In: XIII Congress of Rural Sociology, 2012, Lisboa. XIII Congress of Rural Sociology. Lisboa: International Society of Rural Sociology, 2012.

RODRÍGUEZ, F.B.; VALENCIA, J.C.N. A inovação tecnológica no contexto dos clusters regionais. **Cuadernos de Administración** Vol.21(37), 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas públicas: coletânea, v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

SCHULTZ, T. **The economic organization of agriculture**. New York: McGraw-Hill, 1953.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHUMPETER, J. (1911 [1961]) **The Theory of Economic Development.** Oxford: Oxford University Press, 1961. Primeira edição alemã, 1911.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luis; BRAGA JÚNIOR, Sérgio Silva. **PESQUISA QUANTITATIVA: ELEMENTOS, PARADIGMAS E DEFINIÇÕES.** Revista de Gestão e Secretariado –GeSeC. São Paulo, Vol. 5, (1), 2014.

SIQUEIRA, Tagore V. de. “Competitividade sistêmica: desafios para o desenvolvimento econômico brasileiro”. **Revista do BNDS**, nº 31, jun., 2009, p. 141.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.1996.

\_\_\_\_\_. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.** Nova York: Modern Library, 1937.

SMF/AT. Secretaria Municipal da Fazenda, Administração Tributária, Prefeitura Municipal de Gravataí, conforme Of. SMF/ no. 19/2017, 01/06/2017.  
[https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaDuvidas.aspx?al=L\\_ipm\\_faq](https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaDuvidas.aspx?al=L_ipm_faq), 2017

SOUZA, S. D. C; ARICA, J. **Mudança Tecnológica e estratificação competitiva em um arranjo produtivo do setor ceramista.** Revista Produção, v. 16, n. 1, p. 088-099, Jan/Abr 2006. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/prod/v16n1/a08v16n1.pdf> Acesso em 16/04/2017.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: Estudando como as coisas funcionam.** Porto Alegre. Editora Penso, 2011.

SUZIGAN, W. **Aglomerções industriais como focos de políticas.** Revista de Economia Política, 21, p. 27-39, 2001.

TORRES, Haroldo da Gama, FERREIRA, Maria Paula e DINI, Nádya Pinheiro - **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS.** São Paulo Perspec., jul./dez. 2003, vol.17, no.3-4.

TREMEA, Nádya Jacqueline Coelho. **As exportações e o Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2000 a 2009** Revista ADMpg Gestão Estratégica, v. 4, n. 1, 2011.

VILPOUX, Oliver F.; OLIVEIRA, Euler J. **Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais.** Revista de Economia Contemporânea, v. 14, n. 1, p. 85-111, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, Muhammand. **Um mundo sem pobreza, a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2010.